

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas (1964-1979)

Eduardo Lucas de Vasconcelos Cruz
Universidade Estadual Paulista, Brasil

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho consiste em examinar o papel do nacionalismo na cultura política das Forças Armadas e nas disputas intra-burocráticas do Regime Militar no período 1964-1979. Para tanto, a primeira parte do estudo será destinada a conceituar previamente ambos os termos – cultura política e nacionalismo –, de sorte a possibilitar o avanço da discussão. A segunda parte do trabalho buscará descrever a cultura política dominante no estamento castrense quando do Movimento de 1964,¹ tendo como referência as peculiaridades que lhe são atribuídas pelos exegetas que se debruçaram sobre o tema. O terceiro capítulo, por fim, visa discutir como as divisões políticas no âmbito das Forças Armadas influenciaram o curso do processo decisório durante o período, sobretudo nos campos da economia e da política externa.

O debate acima proposto não é de menor importância, sobretudo tendo em conta o papel desempenhado pelos militares na História republicana do País, papel este cuja compreensão é prejudicada pela escassez de estudos acerca das instituições armadas e seus quadros, o que não raro resulta em análises superficiais, ideológicas e generalizantes acerca do tema.² Ao lado de outras forças “reacionárias”, o Exército fica relegado ao fundo da imaginação – ou falta de imaginação – dos historiadores e sociólogos.

Em vista do terreno medido escolhido, este trabalho não tem a pretensão de emitir conclusões, mas tão somente de palmilhar o caminho num tema ainda carente de atenção e contribuir para as pesquisas daqueles que porventura intentem discorrer sobre ele com maior profundidade.

CULTURA POLÍTICA E NACIONALISMO

¹ A expressão “movimento” é proposital. Os opositores do Regime Militar preferem falar de “golpe”, ao passo que os seus correligionários falam em “revolução”. A expressão “movimento” surge como a mais neutra, enquanto não se faz um estudo isento sobre o período.

² GARCIA, Eugênio Vargas. **O pensamento dos militares brasileiros em política internacional (1961-1989)**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 40, n° 1, jan-jun/1997, pp. 24-30.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

Ao tentar compreender as motivações dos atores políticos e as convicções que eles trazem consigo, os estudiosos se deparam com uma espécie de código, formado por um conjunto de referenciais compartilhados pelos indivíduos e pela coletividade, adquiridos num determinado ambiente cultural. Esse conjunto de valores, normas e crenças (derivado de uma leitura comum do passado e de aspirações a um futuro coletivo) delimita o conceito de cultura política.

Esse entendimento de cultura política pressupõe a existência de um conjunto de elementos que, ao se relacionarem estreitamente entre si, conferem uma identidade aos indivíduos e às coletividades. Interiorizada pelos agentes ao longo de várias instâncias (família, escola, igreja, etc), a cultura política influencia suas decisões. Nesse sentido, ela interessa ao historiador por ser, simultaneamente, um fenômeno coletivo: ela permite (através da análise dos discursos, p/ex.) descobrir as filiações dos indivíduos e a lógica de seu comportamento político; e permite, no tocante às coletividades, compreender a coesão de grupos organizados. Em síntese, o estudo da cultura política possibilita a análise das implicações políticas da tradição cultural, dos mitos, das ideologias e dos imaginários sociais, consoante sublinha Berstein:

“Com efeito, é no quadro da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da História que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista de uma explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas”.³

É possível falar na existência de um imaginário social quando os indivíduos de uma sociedade se encontram ligados numa rede comum de significações, na qual símbolos (significantes) e significados (representações) são reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido, funcionando como orientadores de práticas e normas; e são capazes de mobilizar aspirações. E a análise dos imaginários sociais ganha novas possibilidades quando os mesmos são cotejados com os interesses, as estratégias de grupo, os discursos e sua eficácia nas relações entre poder e representação.⁴ Essa relação é em boa parte responsável pela aproximação entre os campos da cultura e da política e pelo recurso dos historiadores do político aos conceitos da antropologia e da semiolinguística. Na medida em que as formas culturais são formas simbólicas, os mitos, a religião, a linguagem, etc, produzem cadeias de significações através das quais a realidade social é apreendida e lida. A política não se limita às esferas formais e institucionais, abarcando campos que aparentemente lhe são alheios (ritos tradicionais, p/ex.). O conceito de política foi, portanto, ampliado, tornando-se instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade, sobretudo porque as relações de poder

³ BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) Para uma História Cultural. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p. 349.

⁴ CAPELATO, M.H.R. & DUTRA, E.R.F. **Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira**. In CARDOSO, C.F. & MALERBA, J. (Orgs.). Representações. Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Ed. Papyrus, 2000, pp. 228-229.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

são inerentes às relações sociais. O poder não deve ser pensado tão somente como coerção, mas também como legitimidade, adesão e negociação.

Como e por que nasce uma cultura política? A complexidade do fenômeno indica que o surgimento dela não é acidental, mas corresponde às respostas dadas por uma sociedade às crises da sua História.⁵ A constituição de uma cultura política demanda tempo, o que não exclui transformações no interior da mesma, havendo, quanto a esta possibilidade, pontos mais maleáveis e pontos mais resistentes. Cumpre salientar, ainda, que no interior de uma nação existem diversas culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Quando essa área de valores partilhados é bastante ampla, tem-se uma cultura política dominante.⁶ É por isso que uma cultura política, embora integrada por elementos diversos e conflitantes, pode manter sua coerência. As culturas políticas têm formas pelas quais se manifestam e que constituem temas de estudo: um projeto de sociedade, uma leitura compartilhada do passado comum, mitos, etc.⁷ O nacionalismo surge, nesse mosaico, como um fenômeno de difícil delimitação, pois:

“Entender o processo de construção da identidade nacional e do nacionalismo em uma sociedade é tarefa árdua. Primeiro porque o conceito de nacionalismo é múltiplo, assim como suas interpretações; segundo porque, para entendê-lo, é preciso analisar o contexto em que surge e as apropriações que são feitas a seu respeito”.⁸

Segundo Eric Hobsbawn, o conceito de nação pode ser entendido por dois prismas: o objetivo e o subjetivo. A nação objetiva possui indivíduos que compartilham a mesma língua, costumes, religião, cultura etc. A nação subjetiva, por sua vez, possui indivíduos que compartilham uma idéia de pertencimento que ultrapassa as questões objetivas, fazendo com que essa sociedade crie um sentimento de unidade que não se sustenta somente por costumes, territórios ou línguas em comum. Hobsbawn aponta ainda que, embora as noções de nação e nacionalismo estejam intimamente ligados, este último antecede àquela, pois “as nações não formam Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto (...) A nação pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente”.⁹

Do excerto acima infere-se que são equivocadas as teses que apontam o nacionalismo como fenômeno próprio das sociedades industriais, embora nestas últimas

⁵ BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) Para uma História Cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 355.

⁶ Idem, p. 354.

⁷ GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões**. In SOIHET, Rachel, BICALHO, M. F. B. & GOUVÊA, M. F. S. (Org.). Culturas políticas – ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005, p. 28.

⁸ PEÇANHA, Michelle dos Reis SILVA, Camila Antunes Xavier, TOBIAS, César Guimarães, CARNEIRO, Maria Fabiana das Graças de Lima. **Os intelectuais e o Estado Novo: um estudo sobre o nacionalismo nas páginas da revista Cultura Política**. Revista de Iniciação Científica, 2003, p. 120.

⁹ Eric Hobsbawn. **Nação e Nacionalismos**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991, p. 19.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

tenda a se apresentar na sua forma mais desenvolvida, com o advento da imprensa e demais meios de comunicação. Uma certa homogeneidade cultural é exigida pelo nacionalismo. Sendo assim, a era da transição para a industrialização estará também destinada a ser uma era de nacionalismo, um período no qual tanto as fronteiras políticas e culturais serão alteradas no trabalho de forja da identidade nacional:

“As identidades nacionais não são fatos naturais, mas construções. A lista de elementos de base de uma identidade nacional é hoje bem conhecida: ancestrais fundadores, uma história, os heróis, uma língua, monumentos, certas paisagens e um folclore. Sua *mise-au-point* foi a grande obra comum realizada na Europa durante os últimos dois séculos. O militantismo patriótico e as trocas transnacionais de idéias e de saberes criaram identidades bem específicas mas similares na sua diferença. Forma de organização política estreitamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo industrial, a nação fundou sua legitimidade sobre o culto da tradição e a fidelidade a uma herança coletiva. A exaltação do arcaísmo acompanhou a entrada na modernidade”.¹⁰

No Brasil, o nacionalismo teve seus lampejos mais remotos na Batalha de Guararapes, na Inconfidência Mineira e na Guerra do Paraguai – sem esquecer o Indigenismo e o Modernismo, dado o papel decisivo da literatura na construção da identidade pátria –, mas consolidou-se definitivamente após a Revolução de 30, período que não por acaso coincide com a industrialização e centralização política do País.

CULTURA POLÍTICA E NACIONALISMO NAS FORÇAS ARMADAS: ANTECEDENTES (1930-1964)

Inobstante o período examinado circunscreva-se ao interregno 1964-1979, convém salientar que a cultura política que então permeava as instituições castrenses vinha se sedimentando desde a Revolução de 1930 e possuía suas origens mais longínquas no chamado Tenentismo,¹¹ cujo ideário era norteado pelo propósito de apelar as oligarquias agrárias do poder político e promover a emancipação econômica do País por meio da industrialização, ainda que em detrimento das liberdades democráticas.

¹⁰ THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales. Europe XVIIe – Xxe siècle.** Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 322.

¹¹ O “tenentismo” constitui um dos temas clássicos da historiografia brasileira, tendo sido objeto de grande quantidade de estudos, teses e ensaios, havendo muitas polêmicas se ele representava ou não um conteúdo de classe. Se tinha ou não uma identidade com as “classes médias” urbanas, se constituía a principal força política antagônica às oligarquias; ou se foi fruto do “protecionismo” ou “militarismo” de setores das Forças Armadas que pregavam uma “despolitização” e centralização do Estado brasileiro; entre outras questões. Neste sentido, a Revolução de 1930 e sua relação com o Tenentismo também constitui um tema muito debatido pela historiografia. Não é objeto deste trabalho reproduzir esta discussão. Uma interessante referência que indica as principais interpretações e o debate que se produziu na historiografia brasileira – abordando os trabalhos de Virgínio de Santa Rosa, Alcindo Sodrê, José Maria Bello, Nelson Werneck Sodrê, Edgar Carone, Boris Fausto, Francisco Weffort, Maria Cecília Forjaz, Carlos Vesentini e Edgar de Decca, entre outros – é o livro de Vavy Pacheco Borges: **O Tenentismo e a Revolução Brasileira** (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992).

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

Esse posicionamento desembocou no apoio dado pela parcela majoritária do oficialato ao regime de exceção instituído por Getúlio Vargas em 1937:

“É importante assinalar que a corrente nacionalista militar, que se consolidou durante o período da ditadura de Vargas (1937-1945), associava o discurso liberal às tentativas de grupos agrários e exportadores de recuperar o poder, perdido em grande parte por esses setores após a Revolução de 1930. O nacionalismo, enquanto ideologia de um desenvolvimento de tipo nacional, não privilegiava quaisquer formas de exercício do poder político: era partidário de soluções que estimulassem a industrialização e evitassem a penetração do capital estrangeiro. Mas o nacionalismo, sobretudo no interior das Forças Armadas, caracterizava-se por um forte conteúdo antiliberal, cujas origens devem ser buscadas principalmente na oposição aos grupos agroexportadores, mais do que na oposição aos fundamentos do liberalismo enquanto doutrina política”.¹²

Importa recordar o papel decisivo então desempenhado pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das forças insurretas na Revolução de 1930 e chefe do Estado-Maior do Exército durante do Estado Novo. Logo após o fim da República Velha, Góis Monteiro e Osvaldo Aranha buscaram canalizar e controlar a energia dos “tenentes” que apoiavam o “governo revolucionário”, fundando a Legião de Outubro, cujo manifesto básico continha citações de Alberto Torres e Oliveira Viana, assim como conceitos extraído do fascismo italiano, onde era enfatizada a necessidade de fortalecimento do Estado centralizado para a obra de “reconstrução nacional”.¹³ A acentuada interferência militar na consecução desta tarefa é ressaltada por Maurício Broinizi Pereira:

“Das 23 unidades de Federação, incluindo Estados, territórios e Distrito Federal, 19 foram administradas por interventores e governadores militares, ao longo dos 15 anos de Governo Vargas; e nada menos do que 69 militares revezaram-se nestes cargos, sendo a grande maioria do Exército e, em menor número, da Marinha, inclusive alguns oficiais de baixa patente, os ‘tenentes’. Além disso, houve ampla participação militar na administração de setores públicos, de empresas estatais e de vários órgãos e institutos criados para impulsionar o processo de industrialização e modernização do País”.¹⁴

Na perspectiva dos militares, a industrialização e a emancipação econômica do País se confundiam com o fortalecimento da capacidade de mobilização das Forças Armadas, aptidão esta que requeria auto-suficiência nacional em tudo quanto fosse importante para o esforço de guerra, conforme resta claro nas palavras do general Góis Monteiro:

¹² PEIXOTO, Antonio Carlos. **O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas**. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980, p. 78.

¹³ BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, CPDOC/Forense e Universitária/Finep, 1984, vol. 3, pp. 2246-2259.

¹⁴ PEREIRA, Maurício Broinizi. **Estado Novo: a constituição das bases do “Partido Fardado” e do projeto “Brasil Potência”**. Caderno Premissas, nº 15-16, abril-agosto/1997, p. 17.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

“O Exército é um órgão essencialmente político. A ele interessam todos os aspectos da política verdadeiramente nacional, da qual emanam a doutrina e o potencial de guerra. A política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política externa, todos os ramos de atividade, de produção e de existência coletiva, inclusive a instrução e educação do povo, o regime político-social – tudo, enfim, que afeta a política militar do País (...). A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria (...). Nestas condições, as Forças Armadas têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com fraqueza só se constroem lágrimas”.¹⁵

Na visão da caserna, a instituição da ditadura em 1937 constituía corolário natural da necessidade de “governos fortes” aludida acima. Segundo a peculiar concepção do general Manoel Meira de Vasconcelos, o Estado Novo era uma “ditadura científica” inspirada no “supremo saber de Augusto Comte”, do que resultava “a ação benéfica de um homem sobre as massas, criando, pelo seu próprio exemplo, uma moral elevada”.¹⁶ O parecer de Vasconcelos sobre a Revolução de 1930, além de demonstrar a urgência com que eram vistas as mudanças reclamadas, descortina a percepção hobbesiana e darwinista que então se tinha das relações internacionais:

“Antes de 1930, o nosso País era perfeitamente comparável à situação de um tesouro conduzido por um grupo de indivíduos que, desarmados, o transportavam, inconscientes do perigo, em meio a salteadores e tribos ferozes do deserto (...). Um dos princípios gerais que norteiam o reino animal é o da luta do forte contra o fraco. Nessa luta, qual será a posição que mais convirá ao nosso Brasil no conjunto dos povos? Naturalmente aquela para a qual o Destino o criou: a de mais forte, não só em elementos materiais, mas sobretudo em forças morais”.¹⁷

O Estado Novo, portanto, criou as condições ideais para “transformar essa vontade em ato”, viabilizando o avanço da tutela militar sobre os pontos nevrálgicos da administração pública e da economia do País, segundo descreve John With:

“Planos sobre siderurgia e petróleo elaborados em primeira mão no Estado-Maior do Exército tornaram-se realidade na Era Vargas. Dispondo de uma burocracia especializada e de um núcleo cada vez mais numeroso de administradores e técnicos treinados, o Exército passou também a interessar-se pelos problemas ligados aos transportes, carvão e energia elétrica, bem como a acompanhar a atuação dos órgãos

¹⁵ MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro, Andersen, 1932, pp. 133, 156-157 e 163.

¹⁶ VASCONCELOS, Manoel Meira. **Brasil potência militar**. Rio de Janeiro: Ed. Zelio Valverde, 1942, pp. 90-92.

¹⁷ VASCONCELOS, Manoel Meira. **Brasil potência militar**. Rio de Janeiro: Ed. Zelio Valverde, 1942, pp. 23 e 30.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

reguladores do governo (...). Foi no período do Estado Novo que o Exército emergiu como o principal promotor do nacionalismo econômico e da ideologia desenvolvimentista, abraçada posteriormente pelos tecnocratas no segundo governo Vargas”.¹⁸

Se o período 1930-1945 foi caracterizado pelo consenso militar em torno do nacionalismo econômico de viés autoritário, com a consolidação deste último como cultura política dominante nas Forças Armadas, a redemocratização do País em 1945 ensejou as primeiras cisões no seio do estamento castrense. Sob impulso da parceria Brasil-EUA na II Guerra Mundial – aprofundada pela subscrição do TIAR em 1947, no marco da Guerra Fria –, parte do oficialato passou a apostar na industrialização através da atração de investimentos estrangeiros, ao que se somaria o alinhamento do Brasil com os EUA na moldura do confronto bipolar. Sintomática do avanço da influência norte-americana foi a fundação da Escola Superior de Guerra (1949), cujos primeiros quadros contaram com a assistência de uma missão enviada por Washington. Essa divisão entre nacionalistas e “entreguistas” na caserna encontrava correspondência nas disputas travadas na sociedade civil, onde o debate político igualmente polarizou-se entre aqueles perfilados com o legado do Estado Novo (predominantes no PTB – Partido Trabalhista Brasileiro) e aqueles que desposavam um projeto de “liberalismo associado” (predominantes na UDN – União Democrática Nacional). Numa democracia ainda imatura e previda pelas contingências da Guerra Fria, não raro os atores políticos frustrados no jogo eleitoral recorriam a alianças com grupos militares, tornando o golpismo uma ameaça permanente à integridade das instituições – a Novembrada de 1955 e a crise de 1961 são os exemplos mais conhecidos:

“O que fica claro é que os militares, em todos os momentos, ou disputaram diretamente o poder ou intervieram para determinar-lhe o rumo, seja para tentar romper com a tradição ‘nacional-desenvolvimentista’ herdada de Vargas e construir um novo padrão de ‘desenvolvimento associado’, principalmente com a potência norte-americana, seja para garantir a continuidade do modelo nacionalista que se originara no Estado Novo”.¹⁹

Os discursos proferidos no Clube Militar a respeito do petróleo em 1947 e 1948 ilustram bem essa cisão: na condição de líder da campanha “o petróleo é nosso”, o general Julio Caetano Horta Barbosa defendia a tese do monopólio estatal,²⁰ ao passo

¹⁸ WIRTH, John. **A política de desenvolvimento na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1973, pp. 19-20.

¹⁹ PEREIRA, Maurício Broinizi. **Estado Novo: a constituição das bases do “Partido Fardado” e do projeto “Brasil Potência”**. Caderno Premissas, nº 15-16, abril-agosto/1997, p. 40.

²⁰ Durante a vigência do Estado Novo, coube ao general Horta Barbosa presidir o recém-criado CNP (Conselho Nacional do Petróleo) a partir de 1938. Engenheiro militar, Horta Barbosa passou muitos anos estendendo linhas telegráficas pelo interior, sob comando do Marechal Rondon, e implantando projetos de construção de estradas e ferrovias. Promovido a Subchefe de Estado-Maior em fins de 1937, propôs em janeiro de 1938 a instituição do monopólio estatal do petróleo. Seu ponto de partida era o refino (que ele temia viesse logo a cair nas mãos das multinacionais), para chegar mais tarde à exploração num processo de integração às avessas. Uma tal indústria apresentava vários aspectos convincentes do ponto de vista econômico, o mais importante dos

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

que o general Juarez de Távora batia-se pela participação do capital estrangeiro no setor. Encabeçada por Horta Barbosa e Estillac Leal – este último nomeado Ministro da Guerra durante o segundo governo Vargas (1951-1954) –, a chapa nacionalista venceu as eleições do Clube Militar em 1950. A ala “entreguista” se organizou e fundou a Cruzada Democrática em 1952, acusando os rivais de colaborar, de forma consciente ou não, com o comunismo internacional. Durante o período 1945-1964, as eleições no Clube Militar emergiram como arena da disputa entre as correntes das Forças Armadas e foco de atenção dos atores políticos do mundo civil, consoante a descrição de Antonio Carlos Peixoto:

“No caso brasileiro, pode-se ir até um pouco mais longe e dizer que o Clube Militar foi um elemento privilegiado de ligação entre a sociedade política e a instituição militar, porquanto refletiu a opinião das diferentes correntes militares sobre os problemas do País. As eleições para diretoria do Clube, por sua vez, permitiram conhecer o estado dessa opinião e medir a influência dessas correntes. Ao mesmo tempo, as correntes de opinião e os grupos políticos tomavam partido, abertamente, por uma ou outra das facções que se defrontavam por ocasião das eleições, e a imprensa discutiu amplamente o conteúdo do programa de tais facções. O processo político global e o processo no âmbito das Forças Armadas estavam intimamente ligados, e as Forças Armadas achavam-se então no centro da vida política nacional (...). O Clube Militar viveu todas as vicissitudes da vida política brasileira em 1945-1964. Sua história é igualmente a história do debate político que se desenrolou no Brasil e também dos acordos concluídos entre as correntes militares e os grupos civis (...). Desenvolvimento econômico e política externa, tais eram os grandes temas de debate no seio do estamento castrense. Foi em torno desses assuntos que se criaram os cismas político-ideológicos e se organizaram as correntes que agiam no interior das Forças Armadas e disputavam o controle do Clube Militar”.²¹

Analisando-se os resultados das eleições do Clube – que eram bienais – no período, nota-se a preponderância daqueles que defendiam a industrialização por vias estatais e a política externa independente: os nacionalistas encabeçaram o Clube em 1948-1952 e 1956-1962, ao passo que a Cruzada Democrática exerceu a presidência em 1952-1956 e 1962-1964 – e mesmo no pleito de 1962 venceu por estreita margem de votos (4.884 x 4.312).²² As repercussões desse “cabo-de-guerra” sobre o processo político que se desenrolava no mundo civil se mostraram mais claras durante o mandato presidencial de 1956-1960. O governo de Juscelino Kubitschek, embora democraticamente eleito, transcorreu sob forte tutela do marechal Henrique Teixeira Lott, que, egresso das fileiras nacionalistas, assegurou a legalidade por ocasião da Novembrada de 1955 e durante todo o período JK chefiou o Ministério da Guerra, função

quais era o emprego dos altos lucros do refino no financiamento da exploração, esta última mais onerosa. Ver em: WIRTH, John. **A política de desenvolvimento na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1973, pp. 61-80.

²¹ PEIXOTO, Antonio Carlos. **O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas**. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980, pp. 73-74 e 77.

²² Idem, p. 108.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

da qual valeu-se para intervir em temas alheios à sua competência, fosse por meio do veto ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, fosse por meio da advertência feita a John Foster Dulles quando de sua visita ao Brasil – “A Petrobrás é intocável!”.²³ Essa “interferência consentida” não se expressava apenas na atuação de Lott, mas na presença de outros militares nacionalistas em cargos ligados ao planejamento econômico, como que perpetuando a tradição do Estado Novo:

“Na Petrobrás os militares assumem todos os postos-chave, assim como no Conselho Nacional de Petróleo. A presença militar também é importante nos órgãos de planejamento regional, como a Sudene e a SPVEA (...). Cabe aos militares também a iniciativa da criação do Seape (Serviço Agropecuário). O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) pronunciava-se não apenas em assuntos pertinentes à segurança nacional, mas sobre todos os temas atinentes ao desenvolvimento técnico e econômico do País, segundo informação do próprio Kubitschek (...). As diversas comissões integrantes do EMFA prosseguiram nas pesquisas já assumidas pelos militares no setor de comunicações, transportes, estudos cartográficos e energia nuclear”.²⁴

Inúmeros outros exemplos²⁵ podem ser acrescentados aos elencados pela autora na citação acima. O que importa notar é a íntima associação que se fazia entre o *robustecimento do parque produtivo* e a *renovação técnica* das Forças Armadas, de modo a evitar o que o general Eurico Dutra qualificava como “atitude platônica dos países-satélites”, da qual fatalmente resultaria “cedermos aos nossos aliados armados os mares, os céus e os campos de nossa terra”.²⁶ Sem esses dois quesitos, não haveria como sustentar política externa autônoma – em função da dependência do esquema de defesa coletiva liderado pelos EUA – nem economia própria – em função da dependência junto ao capital estrangeiro:

“Esta noção de estar sozinho em um mundo potencialmente hostil, conjugada a uma estimativa extremamente modesta da capacidade do Exército de defender com sucesso o território nacional, levou os oficiais brasileiros a ligarem a defesa ao desenvolvimento nacional nos termos mais amplos possíveis”.²⁷

Havia – no meio civil e no meio castrense – quem preferisse conduzir a política de segurança com prioridade para o confronto bipolar, privilegiando a aliança com os

²³ BENEVIDES, Maria Vitória. **O Governo Kubitschek**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976, pp. 1783 e 183.

²⁴ Idem, pp. 185-186.

²⁵ Como o Ministro da Viação e Obras Públicas (Capitão de Mar-e-Guerra Lúcio Meira), o Interventor de Alagoas (General Moraes Âncora), o Presidente da Comissão da Marinha Mercante (Almirante Silvio Motta), o Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (Coronel Edmundo Macedo Soares), o Diretor dos Correios e Telégrafos (Coronel Alberto Bittencourt) e o Diretor da Fábrica Nacional de Motores (Brigadeiro Guedes Muniz).

²⁶ Do parecer do general Dutra sobre o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, transcrito por Hélio Silva em “A participação do Brasil na guerra”, *Jornal do Brasil*, Caderno Especial, 25-26 de outubro de 1970.

²⁷ MCCANN, Frank. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro**. Recife: Ed. Guararapes, 1982, pp. 209-210.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

EUA, que forneceriam ao Brasil o equipamento militar necessário, tornando dispensável a existência de indústria bélica própria no Brasil – apesar do prejuízo que tal dependência traria à capacidade de autodefesa do País. Sintomática dessa postura foi a assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA (1952) sem consulta ao Ministro da Guerra, o que levou este último a demitir-se em protesto – basicamente, o Acordo estipulava o fornecimento de material bélico ao Brasil em troca de minerais estratégicos.²⁸ Outro episódio ilustrativo ocorreu quando Kubitschek consentiu que os norte-americanos ocupassem a Ilha de Fernando de Noronha como base para rastreamento de foguetes, sob alegação de “defesa do Hemisfério contra a subversão comunista”. Os militares, porém, exigiram – e conseguiram assegurar – a presença de oficiais brasileiros em todos os setores da base.²⁹

CULTURA POLÍTICA E NACIONALISMO NAS FORÇAS ARMADAS: LUTA PELO PODER E INFLUÊNCIA NO PROCESSO DECISÓRIO (1964-1979)

A cisão descrita nas páginas precedentes foi levada para o interior do aparelho de Estado com o advento do regime de exceção implantado pelo Movimento de 1964, cujo êxito mostra-se surpreendente quando se nota a falta de unidade de ação dos conspiradores, mal compensada pela efêmera unidade de propósito em torno do imperativo de sufocar a revolução comunista que se lhes afigurava iminente:

“Quando se fizer, *sine ira et studio*, a história do final de agosto de 1961 ao 31 de março de 1964, ela possivelmente estabelecerá alguns fatos que permitirão que se veja a preparação do movimento de março de 64 de perspectiva diferente daquela de que vem sendo apresentada. O primeiro fato a ser registrado é que o Partido Fardado se unificara sob a bandeira de luta contra o populismo e a alegada infiltração comunista. As posições de Brizola e da esquerda contribuíram muito para que essa percepção se transformasse em crença (...). O segundo fato é que, praticamente até o início de março, o Partido Fardado não havia conseguido encontrar quem unificasse os militares contrários a Goulart e gozasse da confiança das elites civis. A rigor, a conspiração constituiu-se num ‘arquipélago’ de grupos conspiradores, cada ilha respondendo a um chefe”.³⁰

Chega-se, assim, ao período que mais interessa a este trabalho, que tem entre seus objetivos examinar o papel do nacionalismo nas disputas intra-burocráticas do Regime Militar durante o período 1964-1979 no tocante ao formato da política econômica e da política externa, uma vez que nesses dois temas a polarização aparecia de forma mais acentuada. A partir de 1964, as Forças Armadas se dividiram basicamente em dois grupos: os castelistas e a linha-dura. O formato da política externa e a aplicação do modelo econômico variaram conforme este ou aquele setor estivesse à frente do

²⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas: 1951-1954**. São Paulo: Ed. Ática, 1992, pp. 168-175.

²⁹ BENEVIDES, Maria Vitória. **O Governo Kubitschek**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976, pp. 1783 e 174.

³⁰ FERREIRA, Oliveiros. **Vida e morte do Partido Fardado**. São Paulo: Ed. Senac, 2000, pp. 108-109.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

governo; os fatores externos, decorrentes das mudanças na dinâmica da Guerra Fria, também tiveram seu peso. Assim como os militares, as elites empresariais encontravam-se cindidas quanto ao projeto nacional a ser implementado, embora tenham sido unânimes em apoiar a deposição de João Goulart. Desta forma, alguns segmentos da elite civil apoiavam a ala castelista, enquanto outros aderiam à linha-dura.

O grupo castelista constituía o setor mais intelectualizado e minoritário das Forças Armadas. Seus membros consideravam o Regime Militar como meramente provisório, cuja duração deveria ser limitada ao tempo necessário para neutralizar a oposição comunista e reformar o Estado Brasileiro no sentido de enquadrá-lo na economia internacional em moldes liberais. Os principais representantes desta ala militar eram oficiais como Castelo Branco, Golbery do Couto Silva, Juarez de Távora, Juracy Magalhães e Fritz Manso. A linha-dura, por sua vez, constituía o segmento nacionalista e autoritário das Forças Armadas, posto que seus membros defendiam o prolongamento e o aprofundamento da “Revolução” no intento de levar a cabo o projeto “Brasil Potência”, para o qual seriam necessários o fortalecimento do Estado e o endurecimento do regime. Os principais expoentes dessa ala eram generais como Emílio Médici, Afonso Albuquerque Lima, Jaime Portella, Arthur da Costa e Silva, Sílvio Heck, Joaquim Alves Bastos, Ferdinando de Carvalho e Newton Cruz.

Em última análise, salientou o cientista social Eliézer Rizzo Oliveira, a controvérsia entre estes dois grupos não opunha esquerdistas e direitistas; era uma disputa entre a direita liberal e a direita nacionalista no seio das Forças Armadas, que em 1964 uniram-se para depor João Goulart e liquidar o projeto “comuno-sindical”:

“Os governos militares foram marcados por um conflito permanente entre, de um lado, a orientação política da ESG (abertura ao capital estrangeiro, alinhamento com os EUA quanto à política externa, manutenção do Poder Legislativo e dos partidos políticos tradicionais), principal apoio da candidatura do marechal Castelo Branco à Presidência da República em 1964, e, de outro lado, as pressões dos setores militares ‘duros’, partidários da repressão sistemática aos movimentos sociais em nome do combate ao comunismo e da adoção de uma política econômica nacionalista, em particular no ramo das riquezas naturais. Estas diferenças táticas apareceram imediatamente após o golpe de Estado, para o qual estas forças haviam estabelecido um acordo político precário – mas condicionaram decisivamente o desenrolar o processo político e institucional do País”.³¹

O primeiro governo militar (1964-1967) teve a ala castelista à sua frente, sendo que sua base de apoio no meio civil era constituída pelos segmentos da burguesia brasileira associados ao capital estrangeiro e empresários do setor primário dependentes do mercado externo para o escoamento de sua produção. Nesse contexto, Castelo Branco pôde contar com o apoio dos EUA e do FMI, que liberaram vultosos empréstimos ao governo brasileiro. Este, em contrapartida, pôs em prática uma severa

³¹ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. **Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do General Geisel**. In ROUQUIÉ, Alain (Org.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980, pp. 119-120.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

política anti-inflacionária, abrandou as restrições legais às remessas de lucros e encabeçou sua equipe econômica por Roberto Campos³² e Otávio Gouveia Bulhões,³³ elementos de nítida orientação liberal. O programa de reformas foi consubstanciado no PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), cujas linhas gerais são descritas pelo economista André Lara Resende:

“A restrição do balanço de pagamentos era diagnosticada como séria limitação ao crescimento. Para superá-la, o PAEG propunha uma política de incentivos à exportação, uma opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro, promovendo a integração com os centros financeiros internacionais e o explícito alinhamento com o sistema norte-americano da Aliança para o Progresso”.³⁴

No tocante à política externa, o Brasil adotou uma postura de convergência com a Casa Branca: rompeu relações diplomáticas com Cuba e a China socialista (1964); participou da intervenção norte-americana na República Dominicana (1965) e opôs-se à proposta chilena de criação de um mercado comum latino-americano que excluísse os EUA (1965). Posteriormente, respaldou a proposta de criação da Força Interamericana de Paz (FIP), que seria formada por militares de todos os Estados do continente e comandada pela OEA, com poderes para intervir em qualquer país da região onde a “paz” estivesse ameaçada. A idéia foi rejeitada por vários governos latino-americanos (Chile, México, Venezuela), com os quais o Brasil teve atritos diplomáticos. Já em 1964, o presidente Castelo Branco expôs a orientação de sua política externa:

“No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político (...). A política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, da qual decorre a fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental”.³⁵

A Embaixada do Brasil em Washington passou a ser chefiada pelo general Juracy Magalhães, que, ao ser indagado por um repórter sobre a nova orientação diplomática, proferiu sua frase mais conhecida: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.³⁶ Assim, segundo relata o então embaixador norte-americano Lincoln Gordon, “a presidência de Humberto Castelo Branco marcou uma melhoria radical nas relações Brasil-EUA”.³⁷ Cumpre assinalar que, embora haja uma volumosa literatura

³² Ministro do Planejamento.

³³ Ministro da Fazenda.

³⁴ RESENDE, André Lara. **Estabilização e reforma**. In: ABREU, Marcelo Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992, p. 215.

³⁵ FERREIRA, Oliveiros. **A crise da política externa**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2001, p. 111.

³⁶ GUEIROS, J.A. **Juracy Magalhães: o último Tenente**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996, p. 325.

³⁷ GORDON, Lincoln. **Variações do nacionalismo: meio século de relações brasileiro-americanas**. In: ALMEIDA, Paulo Roberto & BARBOSA, Rubens Antonio (Org.). *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006, p. 51.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

conspiracionista que atribui à Casa Branca a responsabilidade pelo Movimento de 1964, tudo indica que este foi inteiramente gerado dentro do País³⁸ – e sequer tinha unidade de ação. Por meio de seus serviços de inteligência, Washington sabia que o governo estava para ser deposto e chegou a montar um plano de emergência – a Operação Brother Sam – para ajudar os militares insurretos caso as tropas leais a João Goulart resistissem.³⁹ Desconhecendo a existência desse plano, pouco antes do levante alguns oficiais procuraram assegurar que o futuro “governo revolucionário” seria prontamente reconhecido pela Casa Branca, porquanto nos idos de 1964 o almirante Sílvio Heck compareceu à Embaixada dos EUA, onde avisou a Lincoln Gordon de que “um dia desses vamos agir e espero que, quando isso acontecer, os EUA não nos sejam antipáticos”.⁴⁰ A fragilidade das teses que imputam a Washington a responsabilidade pelos eventos de 1964 é demonstrada pelo Prof. César Augusto da Silva:

“Pode-se observar que é uma mistificação afirmar que o movimento de 1964 resultou de uma conspiração norte-americana, algo como fruto de uma política externa secreta do Departamento de Estado e da CIA em comum acordo contra o regime populista de João Goulart. O peso de uma ação golpista coordenada do exterior só é eficiente se estiver fortemente entrelaçada com os interesses internos da oposição política e de parte relevante das classes sociais do país em questão. Basta verificar o fracasso da CIA no episódio de Cuba em 1961 ou, inversamente, o sucesso norte-americano em ajudar Augusto Pinochet a derrubar Salvador Allende no Chile, em 1973. Desse modo, nada que os serviços secretos norte-americanos fizessem teria resultado significativo no Brasil”.⁴¹

Portanto, a política externa adotada por Castelo Branco não foi resultado automático de um suposto complô externo, mas derivava das próprias posições dele e dos correligionários que o cercavam, convictos quanto à conveniência das concessões feitas à potência do Norte. Em contrapartida, o governo do Marechal esperava obter de Washington o status de “aliado preferencial”, investimentos produtivos, empréstimos de longo prazo, auxílio técnico-científico e uma fatia privilegiada do mercado norte-americano para os produtos brasileiros. Contudo, o que este raciocínio não levou em conta é que, quanto mais o Brasil colaborasse, menos se faria necessário pagar pela sua colaboração, desviando a atenção e os recursos dos EUA para outros cenários mais

³⁸ Estado de S. Paulo, 31 de março de 2004, p. H-17: “Revolução foi 100% brasileira” (artigo de Lincoln Gordon).

³⁹ Aprovada pelo presidente Lyndon Johnson no dia 20 de março de 1964, a Operação Brother Sam previa o envio de uma força-tarefa naval ao porto de Santos para fornecer apoio logístico (armas, munições, combustível) aos insurretos, sem desembarque de tropas norte-americanas. A esquadra foi composta pelo porta-aviões Forrestal, seis contratorpedeiros com 110 toneladas de munição, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado e quatro petroleiros com 533 mil barris de combustível. O plano previa que a frota não conseguiria chegar ao Brasil antes do dia 10 de abril e, como o levante no Brasil teve seu desfecho em 31 de março, a operação foi abortada dois dias depois, sem que a força-tarefa chegasse ao litoral do País. Ver em: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000, pp. 97-102.

⁴⁰ DROSDOFF, Daniel. **Linha-dura no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1991, p. 49.

⁴¹ SILVA, César Augusto. **Golpe de 1964 e política externa do regime Castelo Branco**. Revista Relações Internacionais no Mundo Atual, n^o 4, jan-dez/2004, p. 25.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

problemáticos. O afluxo de investimentos foi modesto, assim como a vinda de técnicos e especialistas norte-americanos, e o mercado dos EUA não se abriu às exportações brasileiras como o Palácio do Planalto esperava. As medidas anti-inflacionárias tiveram como efeito colateral um significativo aumento do desemprego e, ademais, poderosos grupos empresariais foram afetados pela contração do consumo interno, manifestando sua insatisfação através da imprensa. A eles se uniram os militares da linha-dura nacionalista, que advogavam a ampliação da presença estatal na economia e um combate mais duro às esquerdas, no que o governo estaria se mostrando negligente. Neste contexto, o grupo castelista perdeu o controle para os elementos de linha-dura, respaldados pela tecnocracia estatal⁴² e pelo empresariado nacional que dependia do mercado interno. Desta conjunção de forças, segundo Vizentini⁴³ e Bueno,⁴⁴ resultou a nomeação do Marechal Arthur da Costa e Silva para a Presidência da República em 1967. Conseqüentemente, a política econômica e política externa passaram por significativas alterações, sintetizadas pelo o sociólogo Alfred Stepan:

“O programa político e econômico do primeiro governo militar foi significativamente alterado dentro dos dois anos posteriores ao fim de seu mandato. Estas alterações eram fruto, em parte, das diferenças internas e dos conflitos dentro das Forças Armadas (...). Uma diferença ideológica entre os dois primeiros governos militares dizia respeito às atitudes com relação ao capital estrangeiro. O presidente Castelo Branco e o economista Roberto Campos advogavam a importação de grandes quantidades de capital estrangeiro a fim de estimular o desenvolvimento. O segundo governo militar, por seu lado, tomou uma posição mais autárquica, ou seja, de que era preferível superar os déficits do comércio exterior aumentando as exportações e de que o desenvolvimento deveria ser financiado pelos recursos nacionais. Em lugar do pan-americanismo ativo do governo Castelo Branco, Costa e Silva apelou para o nacionalismo, e as relações com os EUA começaram a sofrer tensões em vários pontos”.⁴⁵

Emblemático dessa mudança foi o nome escolhido por Costa e Silva para chefiar o Ministério da Indústria e do Comércio: general Edmundo Macedo Soares, projetista da Usina de Volta Redonda durante a ditadura Vargas e presidente da Companhia

⁴² Carlos Estevam Martins e Fernando Henrique Cardoso usam o termo “tecnocracia estatal” para referir-se aos setores do funcionalismo público que adquiriram proeminência política na esteira dos regimes burocráticos-autoritários da América Latina nos anos 60 e 70. Essa situação institucional criou condições para que certos quadros de funcionários especializados do aparelho estatal (a começar pelos próprios militares) passassem a tomar decisões políticas, invertendo o postulado weberiano segundo o qual o funcionário técnico cumpre o papel de meio a serviço dos objetivos traçados por outrem. (Cf. MARTINS, Carlos Estevam. **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1977, pp. 205-220).

⁴³ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. São Paulo: Ed. Usp, 2001, p. 78.

⁴⁴ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 373.

⁴⁵ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1976, p. 171.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

Siderúrgica Nacional durante quatro anos (1956-1960).⁴⁶ Em contraste com o governo anterior, quando duas empresas foram privatizadas, 46 estatais foram criadas nos dois anos seguintes e estabeleceu-se por decreto uma participação mínima de 40% para navios brasileiros no comércio exterior do País.⁴⁷ Ao mesmo tempo, embora o Estado permitisse a vinda de multinacionais, passou a condicionar essa entrada a certas contrapartidas, tais como transferência de tecnologia, metas de exportação e percentuais mínimos de nacionalização de componentes, segundo descreve Vizontini:

“Antes agência de regulação e planejamento, o Estado passou a exercer funções de agente econômico direto, procedendo atividades de poupança, investimentos, empréstimos, produção e até mesmo consumo. Isto foi particularmente visível nos chamados setores estratégicos da economia, onde as empresas estatais encarregaram-se da petroquímica, mineração, siderurgia, energia, comunicações e transportes. Politicamente, o Estado passou gradativamente de uma posição de subordinação barganhada em relação às multinacionais para uma postura de negociação ativa e, inclusive, de antagonismos localizados”.⁴⁸

Essa reorientação econômica foi acompanhada por mudanças correspondentes na política externa. No contexto hemisférico, por ocasião da III Conferência da OEA, o Itamaraty manifestou sua oposição à criação da FIP, gerando os primeiros atritos com a Casa Branca. O descompasso entre os dois países agravou-se em 1968, quando o Brasil recusou-se a subscrever o recém-elaborado Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), denunciando seu caráter discriminatório e tendente ao “congelamento” da estratificação do poder mundial, segundo explicação dada pelo general Oswaldo Muniz de Oliva, que na época participou da redação do parecer emitido pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional⁴⁹ (SG/CSN) sobre o tema:

⁴⁶ Considerado o “pai da siderurgia” no Brasil, Macedo Soares engajou-se no desenvolvimento do setor ainda durante o Estado Novo. Em 1938, Vargas criou dentro do CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior) uma Comissão Especial – presidida pelo general Amaro Bittencourt e pelo almirante Ary Parreiras – encarregada de estudar o problema do aço. Em fevereiro de 1939, essa Comissão votou em favor do monopólio das exportações de minério como condição básica para a construção de uma usina siderúrgica estatal. As metas do projeto eram as seguintes: (1) exportar anualmente 2 milhões de toneladas de ferro e manganês; (2) fundar no RJ uma usina baseada no coque, capaz de produzir 300 mil toneladas de ferro e aço; e (3) condenar todas as concessões de minérios a estrangeiros. Quanto à localização da usina, o então coronel Macedo Soares concluiu no ano seguinte suas investigações, apontando como melhor opção a cidade de Volta Redonda (RJ), situada a 50 milhas do litoral, por trás da Serra do Mar, fora do alcance da artilharia naval. Em julho de 1940, a Comissão Especial acatou o parecer de Macedo Soares, que também havia elegido como critérios de escolha itens como proximidade das fontes de matérias-primas, custos de frete, distância dos mercados consumidores em SP e RJ, etc. Ver em: WIRTH, John. **A política de desenvolvimento na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1973, pp. 61-105.

⁴⁷ DROSDOFF, Daniel. **Linha-dura no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1991, p. 39.

⁴⁸ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. São Paulo: Ed. Usp, 2001, pp. 79-81.

⁴⁹ Órgão fundamental para o processo decisório da política externa, o CSN foi instituído pela Constituição de 1934 e mantido por todas as Cartas seguintes até 1988, tendo como membros natos o Presidente da República, o Vice-presidente, os Ministros de Estado e os Chefes de

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

“Foi mantida, no quadro internacional, clara posição anticomunista, a mesma do governo Castelo. Porém, várias vezes ocorriam choques com os EUA e outros países (...). O texto do TNP era leonino e não nos convinha, pois dividia o mundo em dois grupos: os países que tinham juízo para ter armas nucleares e os que não o tinham. Os EUA nos queriam nesta segunda posição. Nós não a aceitávamos. Não era questão de ter ou não arma nuclear, era questão de respeito à soberania nacional”.⁵⁰

Esta convicção era partilhada pelo presidente Costa e Silva, para quem o TNP mascarava a intenção de vedar o acesso do Brasil à tecnologia nuclear, tornando-o dependente do exterior para o processamento da energia correlata:

“Estou persuadido de que só conseguiremos reduzir a distância que nos separa das nações industrializadas se nos engajarmos num programa intensivo de aplicação da ciência e tecnologia do qual a energia nuclear é peça-chave. Para salientar a firmeza de nossa intenção, designei o embaixador Sérgio Correia da Costa para que em Genebra, no Comitê de Desarmamento da ONU, declare que o Brasil não aceitará compromisso em matéria de não-proliferação nuclear que implique nossa condenação a uma nova forma de dependência”.⁵¹

Em fevereiro de 1969, o Itamaraty propôs às demais nações da região o estabelecimento de uma frente comum latino-americana para negociar com os EUA as relações comerciais e financeiras no continente. Meses depois, a Casa Branca suspendeu a concessão de empréstimos ao Brasil durante seis meses, alegando que o

Estado-Maior das Forças Armadas. Dentre as tarefas de sua competência sempre constaram “estudar, no âmbito interno e externo, os assuntos que interessam à segurança nacional”, “indicar as áreas indispensáveis à segurança nacional” e, em relação a estas, dar assentimento prévio para “concessão de terras, abertura de vias de transporte e meios de comunicação; construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; exploração ou estabelecimento de indústrias que interessem à segurança nacional”. A partir de 1964, acentuou-se a participação militar nas deliberações do Conselho, que passaram a contar com a presença do Chefe do SNI (sempre um general), cabendo grifar que a Secretaria-Geral do CSN (cuja função consistia em elaborar as Exposições de Motivos e encaminhá-las ao Presidente da República) era um enclave de composição predominantemente castrense. Mais relevante do que esse fenômeno, todavia, foi a progressiva ampliação das atribuições do Conselho de Segurança Nacional, ao qual competia, segundo a Constituição de 1969, “estabelecer os objetivos nacionais permanentes” (art. 89), na medida em que era um “órgão do mais alto nível de assessoria direta da Presidência da República” (art. 87). Segundo o jornalista Walder de Goes que “os estudos do CSN em matéria de política externa são fundamentais para a tomada de decisão do presidente”, informação esta confirmada pelo Prof. Oliveiros Ferreira, que em 1974 observou: “A política externa brasileira é, há anos, na sua linha estratégica, orientada pelo Estabelecimento Militar, que ocupa a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional”. (Ver, respectivamente, em: GOES, Walder. **O Brasil do general Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1978, p. 38 e FERREIRA, Oliveiros. **A crise da política externa**. São Paulo: Ed. Revan, 2002, p. 43).

⁵⁰ OLIVA, Oswaldo Muniz. **Brasil: o amanhã começa hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 2002, pp. 159-160.

⁵¹ MATTOS, Carlos Meira. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1975, pp. 94-95.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

AI-5 (promulgado em dezembro de 1968) feria os princípios democráticos da OEA.⁵² Henry Kissinger, Secretário de Estado dos EUA durante o governo Nixon (1969-1974), acredita que o fracasso da “relação especial” Brasil-EUA foi determinante para levar o País a intensificar seu comércio com outros parceiros:

“O relacionamento especial estabelecido em 1964 não prosperou. As crescentes preocupações com as tendências autoritárias do Regime Militar e a legislação comercial dos EUA provocaram uma série de irritações, que se intensificaram durante a administração Carter. Seguiu-se um hiato de quase uma década na relação de proximidade entre os EUA e o Brasil, que começou a lançar olhares em outra direção”.⁵³

A súbita incapacitação de Costa e Silva por motivos de saúde em 1969 – à qual se seguiu a Junta Militar provisória formada pelos ministros das três Armas – inaugurou uma acirrada disputa sucessória no interior das Forças Armadas. Enquanto os castelistas respaldavam o general Antonio Murici, a linha-dura se agrupou em torno do general Augusto Affonso Albuquerque Lima, considerado “a liderança mais expressiva no nacionalismo autoritário”.⁵⁴ Veterano da FEB e Ministro do Interior durante o governo Costa e Silva, Albuquerque Lima teve sua candidatura apoiada, curiosamente, por grupos de esquerda, que no jornal clandestino *A Resistência* o qualificaram como “homem honrado e patriota”.⁵⁵ Na impossibilidade de optar por um ou outro sem pôr em risco a unidade das instituições militares, o Alto Comando das Forças Armadas designou o general Emílio Garrastazu Médici para ocupar a Presidência da República. Embora próximo da linha-dura, este último era considerado mais apolítico e de um nacionalismo mais moderado, segundo observa o historiador Moniz Bandeira.⁵⁶ É interessante notar que, na medida em que o general Albuquerque Lima representava a expressão mais radical do nacionalismo militar, sua ascensão ao Palácio do Planalto era vista com apreensão em Washington, conforme demonstram antigos documentos da CIA divulgados em 2006. Em relatório datado de 11 de setembro de 1969, o serviço de inteligência dos EUA traçava os possíveis cenários para a sucessão de Costa e Silva:

“Os acontecimentos dos últimos dez dias têm se combinado para agravar a desunião militar no Brasil (...). Uma mudança para um governo mais nacionalista terá sérias implicações para o programa americano de ajuda ao Brasil e para os substanciais investimentos dos EUA neste país. Se um general da velha guarda for escolhido, os oficiais que apóiam Albuquerque Lima continuarão insatisfeitos. Esses jovens oficiais

⁵² DROSDOFF, Daniel. **Linha-dura no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1991, p. 38.

⁵³ KISSINGER, Henry. **Precisará a América Latina de uma política externa?** Coimbra: Ed. Gradiva, 2003, p. 93.

⁵⁴ MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Médici**. Revista Nova Economia, nº 15, setembro-dezembro/2005, p. 57.

⁵⁵ *A Resistência*, 9 de fevereiro de 1969.

⁵⁶ BANDEIRA, Moniz. **O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria**. Revista Brasileira de Política Internacional, nº 2, julho-dezembro/1994, p. 67.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

podem estar aptos a expressar abertamente seu descontentamento e provavelmente não desistirão de colocar um homem que considerem aceitável na Presidência”.⁵⁷

Com o desfecho da sucessão, esse prognóstico mais pessimista da CIA não se concretizou. Entretanto, como representante da linha-dura, Médici deu continuidade à política econômica de seu antecessor: o processo de estatização da economia aprofundou-se (74 empresas estatais foram criadas entre 1969 e 1974), dando origem a um conglomerado de centenas de firmas que atuavam nos mais diversos setores. Algumas delas atingiram dimensões gigantescas, como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Telebrás, a Eletrobrás, etc. Esse fenômeno gerou o que alguns autores chamam de “burguesia estatal”, segmento que se tornou o principal sustentáculo econômico do Regime Militar, segundo o cientista político Carlos Estevam Martins:

“Devido à crescente participação direta e indireta do Estado no domínio econômico, chegamos a um ponto de inflexão em 1969. Verifica-se então um reordenamento das posições relativas ocupadas pelos três eixos em torno dos quais se articula o processo produtivo: a empresa multinacional, a empresa nacional e a empresa estatal. A partir de 1969, a burguesia estatal deu início à sua marcha ascensional para o primeiro plano do cenário político. O papel de norteador das decisões privadas de produção (...), assim como a função de principal alavanca do desenvolvimento, que passa a ser exercido pelos investimentos estatais, são fenômenos que acabaram conferindo um extraordinário grau de proeminência política às burocracias que se encontravam no comando dos principais órgãos e empresas do Estado”.⁵⁸

De fato, a tese de Martins é corroborada quando se observa que das dez maiores empresas do País em 1974, oito eram estatais.⁵⁹ Esse quadro levou Alain Rouquié a concluir que:

“Existe uma continuidade entre o general Góis Monteiro, clamando em 1937 por um ‘aumento progressivo do poder do Estado para regular toda a vida da coletividade’, até o general Médici, que se tornou presidente justificando, em 1970, a supressão da democracia liberal, pelas ‘violentas mutações da estrutura sócio-econômica’ em uma fase de industrialização planificada”.⁶⁰

Muitas dessas empresas foram criadas não apenas com o propósito pôr os recursos naturais sob guarda do Estado ou subsidiar o processo produtivo no setor privado, mas também com objetivo de assegurar a autonomia do País em áreas sensíveis ou de ponta. Foi o caso da Embraer – fundada em 1969, sob égide da Junta Militar provisória, para impulsionar a indústria aeronáutica – e da Telebrás, instituída em

⁵⁷ Estado de S. Paulo, 15 de maio de 2006, p. A-10: “CIA libera seus papéis sobre os anos de chumbo”.

⁵⁸ MARTINS, Carlos Estevam. **A evolução da política externa brasileira na década 64-74**. In: Cadernos CEBRAP, nº 9, 1975, p. 77.

⁵⁹ VÁRIOS AUTORES. **Nosso século**, vol. 9. Rio de Janeiro: Ed. Abril, 1988, p. 44.

⁶⁰ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984, p. 337.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

1972, vindo a absorver todas as companhias telefônicas privadas e municipais do Brasil, unificando o sistema.⁶¹ A função da Telebrás era, segundo o general José Antonio Alencastro Silva,⁶² presidente da empresa de 1973 a 1985:

“(...) socorrer com rapidez e eficiência qualquer trecho do sistema terrestre que viesse a sofrer sabotagem; e levar telecomunicações a todos os municípios, em especial aos da Região Amazônica, os quais, sem o recurso do satélite, não teriam condições de contar com um sistema de alta confiabilidade”.⁶³

Analisando o quadro global da economia, observa-se o progressivo aumento da presença estatal e nacional entre as principais empresas que atuavam no País, proporcional a um sensível recuo da participação estrangeira:

As 100 maiores empresas – evolução do perfil

⁶¹ Rosa Maria de Paiva Leal observa em sua dissertação de mestrado que os militares deram o tom das telecomunicações no País durante muitas décadas, a começar pelo Marechal Cândido Rondon, tido como “patrono das comunicações brasileiras” por ter levado as linhas telegráficas às regiões Centro-Oeste e Norte. Segundo a autora, o fim da 2ª Guerra Mundial acentuou a influência militar no desenvolvimento das telecomunicações nacionais por três motivos. Primeiro porque foi a partir da 2ª Guerra Mundial que começou a revolução tecnológica com a invenção do transistor. Segundo, porque os militares, que já gozavam de imenso prestígio junto à população, naquele momento eram considerados verdadeiros heróis em função das vitórias da FEB. Terceiro, porque as Forças Armadas contavam com o pessoal mais capacitado tecnicamente na área de telecomunicações. Em todos os governos pós-1945, os militares ocuparam os principais postos nos órgãos ligados ao setor – Departamento de Correios e Telégrafos, Comissão Técnica de Rádio e, mais tarde, Conselho Nacional de Telecomunicações, o Contel. Este, criado em 1962 para implementar o Plano Nacional de Telecomunicações, contava com quatro representantes das Forças Armadas como conselheiros. Além disso, todos os seus presidentes foram militares. Dos estudos do Contel emergiu a Lei 4.117/62, que autorizava o Poder Executivo a criar uma empresa pública para explorar os serviços de telecomunicações. Em 1965 a Embratel foi constituída e, seis meses depois (16/03/1966), assinou contrato com a Brazilian Traction, concessionária da Companhia Telefônica Brasileira, empresa que detinha 80% dos telefones do País, assumindo o controle acionário. Em 1972, foi criada a Telebrás, que anos seguintes absorveu praticamente todas as companhias telefônicas do Brasil, unificando e padronizando o sistema, com o que se pôs fim à “era da anarquia”, pois até então as mais de 900 empresas do setor usavam equipamentos próprios e incompatíveis entre si, o que não raro impedia ligações de uma cidade para outra. Ao longo dos 23 anos de monopólio estatal (1972-1995), a planta telefônica brasileira saltou de 1,4 milhão para 14 milhões de aparelhos, expansão que só perdeu, em números, para a disseminação da TV. Ver em: LEAL, Rosa Maria de Paiva. **Atraso e modernidade no Brasil globalizado: uma análise do discurso da mídia na privatização das telecomunicações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, pp. 43-60.

⁶² Para saber mais sobre o papel de Alencastro Silva, ver o livro: DIAS, Lia Ribeiro & CORNILS, Patrícia (Coord.). **Alencastro: o general das telecomunicações**. São Paulo: Ed. Plano Editorial, 2004.

⁶³ Depoimento do general José Antonio Alencastro e Silva prestado a Ana Carolina Machado Arroio em 15/06/1993. Disponível em: ARROIO, Ana Carolina Machado. **A Política Externa e o Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite**. Revista Contexto Internacional, vol. 17, jan-jun/1995, pp. 66.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Estatais	37	45	45	47	45	45
Nacionais	25	25	25	25	23	28
Estrangeiras	38	30	30	28	32	27

Fonte: VIEIRA, Roberto Amaral. *Crônica dos anos Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1987. pp. 139; 142-143.

Importa notar que o I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento, que cobriu o período 1969-1974 – elencava entre seus objetivos centrais o fortalecimento da empresa privada de capital brasileiro, considerada a perna mais fraca do “tripé”. Para tanto, o governo recorreu à estratégia de fusões, implementada a partir de 1971 por meio do Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais, que envolvia o BNDES, a CEF e o BB.⁶⁴ As multinacionais, por sua vez, embora atraídas pela mão-de-obra barata, atendiam a uma série de condições ditadas pelo Estado: transferir tecnologia, associar-se ao capital nacional, observar percentuais mínimos de conteúdo local, cumprir metas de exportação, etc.⁶⁵ Segundo Vizentini:

“O resultado era o estabelecimento de um novo relacionamento entre o Estado e as multinacionais, reforçando o papel de reitor do primeiro, que implicava obter uma concentração do poder, a confiabilidade dos cargos políticos superiores e a militarização dos mesmos. Além da ampliação do poder do Conselho de Segurança Nacional, do Estado-Maior das Forças Armadas, da Casa Militar, da Escola Superior de Guerra e do Serviço Nacional de Informações, os militares passaram a exercer a maior parte dos

⁶⁴ DEL VECHIO, Ângelo. **A Era Delfim: planejamento estratégico e Regime Militar**. São Paulo: USP, 1991, pp. 129-130.

⁶⁵ Uma descrição mais detalhada destas condições é encontrada na obra de Denis Borges Barbosa. Segundo o autor, “ainda que não necessariamente discriminando o capital estrangeiro, durante o período foi vigorosamente implementada toda uma política destinada a favorecer a produção nacional, com efeitos diretos quanto ao investimento externo, criando vantagens de localização de enorme eficácia: a prática de apuração de similaridade de bens importados com nacionais para efeitos de concessão de benefícios fiscais, cambiais ou creditícios de qualquer natureza; a concessão de créditos públicos a bens com determinado conteúdo nacional; o estabelecimento de uma margem de proteção em favor da indústria nacional em concorrências internacionais; a criação de mecanismos que perfaziam a exportação incentivada para produtos nacionais em caso de concorrências públicas; a vinculação de incentivos fiscais a um conteúdo mínimo nacional dos produtos industriais. Os índices mínimos de nacionalização foram um mecanismo particularmente utilizado a partir da década de 70. O uso das aquisições de bens e serviços do Estado para favorecer o desenvolvimento da empresa de capital nacional não se valeu de um aparato legal específico, permanecendo amparado por decretos e atos normativos infra-constitucionais, assim como pela prática administrativa reiterada. Ver: BARBOSA, Denis Borges. **O tratamento do investimento estrangeiro: 1962-1988**. Brasília: Ed. Instituto Rio Branco, 1995, pp. 21-27.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

cargos da administração civil e do setor público da economia, fundindo segurança e desenvolvimento num corpo único”.⁶⁶

Um dos objetos de controvérsia econômica dentro do governo residia na maior exposição do País aos bancos internacionais. Enquanto o Ministro da Fazenda, Delfim Neto, estimulava o recurso a créditos no estrangeiro para acelerar a capitalização do setor privado e complementar a poupança nacional a juros convidativos, o presidente Médici via com reservas o crescente endividamento externo e tentou esfriar o afluxo de capital: em 1972, o governo proibiu todo empréstimo de prazo inferior a seis anos, determinando ainda que 25% do respectivo valor fosse depositado em bancos brasileiros, percentual que foi elevado para 40% no ano seguinte.⁶⁷ Todavia, essas medidas surtiram pouco do efeito desejado.⁶⁸ Por outro lado, o Planalto foi bem-sucedido na estratégia de diversificar as parcerias e fontes de recursos do País: o peso conjunto da Europa e do Japão no comércio exterior brasileiro subiu de 36% para 46% em 1969-1974, enquanto a participação dos EUA caiu de 36% para 26% no mesmo período.⁶⁹

O governo Médici assemelhou-se ao seu antecessor no sentido de buscar maior independência em relação a Washington não apenas no campo comercial, como também no aspecto estratégico, visando dotar o País de capacidade de defesa autônoma. Desde 1967, os militares vinham se empenhando na implantação de uma indústria bélica própria, tarefa esta conduzida pelo general Orlando Geisel (chefe do EMFA de 1967 a 1969 e Ministro do Exército de 1969 a 1974), que em 1967 expunha aos seus subordinados: “Nossa postura não deve ser o de um Exército viciado em ajuda externa, mas a daquele que se sente amadurecido para trilhar os próprios caminhos,

⁶⁶ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. São Paulo: Ed. Usp, 2001, pp. 146-147.

⁶⁷ DROSDOFF, Daniel. **Linha-dura no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1991, p. 41.

⁶⁸ Entretanto, as teses que buscam estabelecer uma relação de causa e efeito entre “endividamento externo e “milagre econômico” pouco se sustentam, pois a relação dívida/PIB caiu de 12% para 9% no decênio 1964-1974. Nesse sentido, observa o Prof. Luís Aranha Correa Lago que “a combinação de uma rápida expansão da dívida externa e de um forte crescimento do PIB não caracterizou, necessariamente, um caso de crescimento liderado por dívida externa (...). Entre 1967 e 1973, a absorção líquida de recursos reais do exterior correspondeu a apenas 0,8% do PIB. Em outras palavras, ainda que a entrada de recursos externos tenha contribuído para a taxa de investimento, esta foi financiada predominantemente por recursos internos. Entre 1967 e 1973, a diferença entre o PIB e o consumo interno correspondeu a 96% da formação bruta de capital, enquanto o saldo comercial representou apenas 4% de formação de capital total. Nesse contexto, e diante do desempenho favorável das demais contas externas, o crescente endividamento levava, portanto, a um sistemático crescimento das reservas internacionais do País, nem sempre controlado pelas autoridades econômicas”. Ver em: LAGO, Luís Aranha Correa. **A retomada do crescimento e as distorções do milagre**. In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992, p. 279.

⁶⁹ MARTINS, Carlos Estevam. **A evolução da política externa brasileira na década 64-74**. In: *Cadernos CEBRAP*, nº 9, 1975, p. 89.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

encontrando soluções autênticas, valendo-se do parque industrial que já erguemos”.⁷⁰ Esse projeto culminou com a criação da Imbel (Indústria de Material Bélico) em 1975 e da Emgepron (Empresa de Gerenciamento de Projetos Navais) em 1982, esta última no âmbito da Marinha, que a partir de 1969 adotou a política de “nacionalizar ao máximo todos os equipamentos eletrônicos utilizados em navios e aviões”.⁷¹ É interessante observar que essa determinação não passava despercebida à Casa Branca, pois em telegrama secreto recentemente divulgado pela *Folha de S. Paulo*, a embaixada norte-americana previa em 1974 que “à medida que o Brasil se transforma em potência mundial, tenderá a rejeitar qualquer forma de relacionamento militar que indique dependência”.⁷²

Segundo Oliveiros Ferreira, nota-se, a partir de 1968, o esforço continuado em tornar a doutrina militar um “produto nacional”,⁷³ afastando o Brasil dos esquemas de defesa coletiva.⁷⁴ Com esse diagnóstico converge a interpretação do historiador Luiz Amado Cervo, para quem:

“A Doutrina de Segurança Nacional foi reformulada sob impulso da eliminação do modelo bipolar como orientador da política externa. Determinaram sua evolução as divergências crescentes com os EUA e as dificuldades em adquirir tecnologias avançadas por meio da cooperação (...). A segurança foi nacionalizada paulatinamente, correspondendo esse fenômeno aos resultados alcançados em termos de atenuação da vulnerabilidade e da dependência externas. A nacionalização da segurança compreendia a busca de meios internos, e dessa forma teve que vincular-se ao nacionalismo de fins, ao qual passou a servir, na medida em que também requeria o desenvolvimento econômico auto-sustentado dentro do possível”.⁷⁵

A faceta mais visível e duradoura desta mudança doutrinária residiu na progressiva reformulação das prioridades que orientavam o planejamento da defesa nacional, dado o crescente temor de que o Brasil fosse vitimado pela intervenção de potências extra-regionais eventualmente interessadas nas riquezas da Amazônia. Por conta disso, os governos militares implementaram diversos projetos destinados a ocupar a região e integrá-la ao resto do País: a Zona Franca de Manaus, o Projeto Grande

⁷⁰ As citações do general Orlando Geisel, transcritas por Oliveiros Ferreira em seu livro **A crise da política externa**, encontram-se no jornal *O Estado de São Paulo*, 14/04/1967, sob título: “Geisel fala a oficiais sobre nacionalismo”.

⁷¹ DANTAS, Vera. **Guerrilha tecnológica: a verdadeira história da política nacional de informática**. Rio de Janeiro: Ed. Livros Técnicos e Científicos, 1988, pp. 27-28.

⁷² *Folha de S. Paulo*, 14 de janeiro de 2007, p. A-10: “Governo dos EUA sabia de tortura no Brasil”. Essa reportagem transcreve trechos de diversos telegramas da embaixada enviados ao longo do biênio 1973-1974. No rodapé da página há indicação do link no site do jornal que dá acesso à íntegra dos documentos, já traduzidos: www.folha.com.br/070122.

⁷³ FERREIRA, Oliveiros. **A crise da política externa**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2001, p. 135.

⁷⁴ Segundo o Manual Básico da Escola Superior de Guerra de 1986, a defesa coletiva ou defesa associada consiste numa “complementação da defesa nacional” mediante a operacionalização de aliança previamente firmada com nações que comungam de interesses e valores comuns.

⁷⁵ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1992, p. 404.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

Carajás, o Porto Ponta da Madeira, a Usina de Tucuruí, o Projeto Rondon, o estímulo à migração e colonização rural, instalação de quartéis e, por fim, a Transamazônica. Recorrendo ao jornalista Daniel Drosdoff:

“Do ponto de vista governamental, o Brasil devia colonizar a Bacia Amazônica antes que alguém mais o fizesse. A razão por detrás disto era que, como o Brasil não era militarmente forte o bastante para defender-se de uma grande potência que quisesse colonizar a Amazônia, seria preciso ocupar a região para estabelecer o controle. Embora o temor de uma invasão estrangeira pudesse parecer exagerado em 1970, para os militares parecia justificativa suficiente para o engajamento num dispendioso programa de povoamento da Amazônia, no interesse da segurança nacional”.⁷⁶

Nesse contexto, o envolvimento de firmas multinacionais no processo de colonização da Amazônia era objeto de preocupação e considerado um incômodo a ser minimizado. Em resposta às pressões nacionalistas oriundas da caserna – expressas sobretudo pelo general Costa Cavalcanti, então Ministro do Interior,⁷⁷ pelo general Rodrigo Octávio Jordão Ramos,⁷⁸ chefe do CMA,⁷⁹ e pelo coronel Milton Câmara Sena, superintendente da SUDAM⁸⁰ –, Médici promulgou a Lei nº 5.709/71, que impunha severas restrições à compra de terras por estrangeiros.

No campo da política externa manteve-se a diretiva de recusar adesão ao TNP, bem como a retórica terceiro-mundista nos foros internacionais.⁸¹ A medida mais polêmica, contudo, residiu na ampliação do mar territorial brasileiro em 1970, que abriu uma nova frente de atrito com a Casa Branca. A dilatação do mar territorial de 12 para 200 milhas fora preconizada pelo almirante Sílvio Heck por motivos econômicos e de segurança.⁸² Neste período, a Petrobrás iniciara operações de extração no litoral, sob cujas águas foram descobertos sucessivos lençóis de “ouro negro”. Para tornar legal a exploração dos campos localizados além das 12 milhas e assegurar a posse sobre eles, o governo simplesmente decretou a ampliação do mar territorial para 200 milhas, alegando que não havia lei internacional que dissesse o proibisse. A medida também visava

⁷⁶ DROSDOFF, Daniel. **Linha-dura no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1991, pp. 67-71.

⁷⁷ Revista Veja, 1º de abril de 1970, matéria da capa: “Militares: teoria e prática no poder”.

⁷⁸ Revista Veja, 14 de outubro de 1970, matéria da capa: “A última fronteira”.

⁷⁹ Comando Militar da Amazônia.

⁸⁰ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

⁸¹ Tenha-se presente, contudo, que o envolvimento do Brasil nos conflitos Norte-Sul, por meio da atuação em coalizões nos foros multilaterais, foi seletivo e limitado. Seletivo porque seu ativismo centrava-se em temas econômicos e tecnológicos. O País, por exemplo, não se filiou ao Movimento dos Não-Alinhados, cuja conotação de enfrentamento político era sensivelmente maior do que a vertente econômica do terceiro-mundismo. E limitado porque, embora apresentando um comportamento contestador nas arenas multilaterais, o Brasil sempre reservou para si alternativas bilaterais para negociar seus interesses nacionais. Em última análise, a filiação terceiro-mundista do Brasil tinha como limite não prejudicar possíveis vantagens econômicas ou vínculos políticos especiais que o País era capaz de assegurar por conta própria. (Cf. SENNES, Ricardo Ubiraci. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, p. 42).

⁸² MARKUN, Paulo & Hamilton, Duda. **1961: que as armas não falem**. São Paulo: Ed. Senac, 2001, p. 391.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

ampliar o campo de ação exclusivo da indústria pesqueira nacional, coibindo a atuação de navios estrangeiros, sobretudo japoneses. Inicialmente, Washington recusou-se a reconhecer a soberania do País sobre as 200 milhas. Em 1971, o Brasil foi acusado de atacar barcos pesqueiros americanos em seu mar territorial: o deputado Sam Gibbons afirmou ter sido informado por companhias de pesca da Flórida de que um navio de guerra brasileiro disparara contra oito embarcações a 75 milhas da costa⁸³ – dentro, portanto, do limite de 200 milhas. Na ocasião, Médici ressaltou aos norte-americanos que “as nossas posições não podem ser as mesmas diante de todos os problemas internacionais, nem é isso que se espera de nossa aliança”.⁸⁴ Por fim, a Casa Branca reconheceu tacitamente a nova fronteira como um fato consumado⁸⁵ e as divergências bilaterais permaneceram num nível modesto, sem jamais ameaçar a sólida aliança anticomunista entre os dois países – conta um diplomata norte-americano que, após exaustivas negociações em Brasília, um oficial bateu-lhe no ombro e disse: “Não se preocupem, se a 3ª Guerra Mundial vier, podem contar conosco”.⁸⁶

Entretanto, à medida que se aproximava o ano de 1974, o fantasma do nacionalismo radical voltou a assombrar Washington, que traçou três cenários possíveis para a sucessão presidencial: no primeiro deles, Médici chegaria ao final do mandato e passaria o poder para um militar “moderado”. Nos outros dois, seria deposto ou sucedido por um oficial “nacionalista-reformista”.⁸⁷ Assim como em 1969, o prognóstico mais sombrio não se concretizou. Fortalecido e prestigiado politicamente pelo êxito do “milagre econômico”, Médici pôde controlar o processo sucessório, onde resultou a designação do general Ernesto Geisel para exercer a chefia do Estado no quinquênio 1974-1979. Egresso dos quadros da ESG, Geisel empenhou-se desde logo em promover a “abertura lenta, gradual e segura” do Regime Militar, visando devolver o poder político aos civis a longo prazo. Todavia, suas afinidades com a ala castelista terminavam neste ponto, pois no tocante aos problemas econômicos e de política externa, o ex-presidente da Petrobrás⁸⁸ desposava concepções bastante similares às da linha-dura. Ao discorrer sobre a cultura política no interior das Forças Armadas, Moniz Bandeira explica essa aparente contradição:

“Assim como nem todos os oficiais da linha dura compartilhavam das aspirações nacionalistas e preocupavam-se apenas com a repressão, nem todos os castelistas apoiavam suas posições em matéria econômica e política internacional. Entretanto, como traço comum, o nacionalismo, embora às vezes vago, permeava quase todo o establishment militar e, uma vez expurgada a esquerda em 1964, ele passou a manifestar-se através da direita radical. Neste sentido, pode-se dizer que os militares da

⁸³ CAMPOS, Gustavo de Lemos Carvalho. **O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982**. Revista Brasileira de Política Internacional, nº 42, maio/1999, p.114.

⁸⁴ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. São Paulo: Ed. Usp, 2001, p. 147.

⁸⁵ DROSDOFF, Daniel. **Linha-dura no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1991, p. 56.

⁸⁶ Idem, p. 57.

⁸⁷ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002, p. 283.

⁸⁸ Geisel foi presidente da Petrobrás no período 1969-1973.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

linha dura, envesgando para o nacionalismo autoritário, exprimiam os sentimentos e anseios da maioria do oficialato”.⁸⁹

Dentre os governos militares, o do general Geisel foi aquele que desenvolveu política externa mais ousada, fenômeno que não decorreu apenas das preferências do presidente e da influência de elementos nacionalistas encastelados no Itamaraty e nas Forças Armadas, mas também das contingências da conjuntura internacional. O aumento vertiginoso do preço do petróleo (1973) atingiu o Brasil em cheio, não apenas em sua balança comercial, mas no próprio cerne do modelo de desenvolvimento. Embora Geisel houvesse herdado um PIB de U\$ 133 bilhões, uma inflação anual de 18% e uma dívida externa de U\$ 12 bilhões, o “milagre” legara-lhe problemas estruturais, pois apostara no consumo maciço de energia importada e barata. A quadruplicação do preço do petróleo não só encareceu as importações, como gerou uma forte recessão nos países industrializados, fazendo com que declinassem os investimentos externos e as importações do Primeiro Mundo. Ao ver o País sitiado pela crise do petróleo, o governo articulou o II PND, visando superar as restrições externas ao prosseguimento da expansão do PIB. O plano comportava a ampliação do papel do Estado, de modo a tornar a economia nacional tão autárquica quanto necessário. Segundo Vizentini:

“No campo econômico, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, longe de adotar uma estratégia defensiva, preparou um aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações, visando tornar o País auto-suficiente em insumos básicos e, se possível, em energia. O governo optou por diversificar as fontes de energia, lançando um ambicioso programa de construção de hidrelétricas, usinas nucleares, incremento da prospecção de petróleo e produção de álcool para combustível automobilístico. Além disso, foi intensificada a capacitação tecnológica do País em diversas e importantes áreas, como a nascente informática e a petroquímica, com base no esforço de órgãos de pesquisa militar como o CTA, o ITA, o INPE, o IME, etc. O protagonista desse ambicioso projeto seria o Estado, que consolidou-se como o maior agente produtivo e possibilitou a reação econômica que o governo estava desencadeando (...). Embora tivesse que cortar gastos para conter a inflação, o governo manteve um crescimento econômico que oscilou entre 5% e 10% ao ano, criou 5 milhões de empregos e aumentou as exportações em 50%”.⁹⁰

Nesse sentido, embora politicamente moderado, Geisel aprofundou o modelo que vinha sendo implementado desde 1967 (212 empresas estatais foram criadas entre 1974 e 1979), conforme salienta o diplomata Paulo Roberto de Almeida ao observar que “os investimentos concentravam-se em energia, telecomunicações, siderurgia e infraestrutura. Pesavam na política de estatização critérios de interesse e segurança nacional (...), com prioridade em atividades e projetos considerados estratégicos para a defesa e

⁸⁹ BANDEIRA, Moniz. **O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria**. Revista Brasileira de Política Internacional, n^o 2, julho-dezembro/1994, p. 66.

⁹⁰ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. São Paulo: Ed. Usp, 2001, p. 199.

soberania do País”.⁹¹ Comparando I PND ao II PND, é forçoso admitir que neste último se encontram mais nítidos os traços de nacionalismo, seja em vista da participação quantitativa e qualitativa do Estado na economia (enquanto agente produtivo), seja em vista das reservas de mercado, dos índices de nacionalização de componentes impostos às multinacionais (que oscilavam entre 65% e 90%),⁹² dos setores escolhidos para promover a substituição de importações⁹³ (bens de capital, energia e insumos básicos) e da intensificação do protecionismo.⁹⁴ Ilustrativo dessa postura foi o depoimento dado por Geisel em 1996, em que o ex-presidente expôs seu pensamento econômico:

⁹¹ ALMEIDA, Paulo Roberto. **O estudo das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Ed. Unimarco, 1999, p. 87.

⁹² Decreto-Lei n° 1.428 de 2 de dezembro de 1975.

⁹³ Segundo o Prof. Dionísio Cerqueira Carneiro, “a estratégia de política industrial no governo Geisel baseou-se na substituição de importações nos setores de bens de capital, insumos básicos para a indústria e no aumento da produção e da prospecção de petróleo (...). De modo geral, as conclusões têm sido favoráveis no sentido de que os objetivos gerais de reestruturação da oferta foram atingidos (...). O programa de insumos básicos, dirigido para reduzir as importações que atingiram a cifra de US\$ 3,5 bilhões em 1974 nos setores de papel de celulose, metais não-ferrosos, fertilizantes, produtos petroquímicos e aço, logrou reduzir as despesas com a importação de tais itens para cerca de US\$ 1,2 bilhão em 1979. Os resultados da substituição de importações contribuíram ainda para internalizar as despesas de investimento. A participação das importações nas despesas com máquinas e equipamentos decresceu de 25% em 1972 para 9% dez anos depois. Ao mesmo tempo, as exportações do setor elevaram-se de US\$ 893 milhões em 1975 para US\$ 2,4 bilhões. A opção pela política de substituição de importações foi feita sem que houvesse descontinuidade no incentivo às exportações. Estas passaram de 7,5% do PIB para 8,4% do PIB entre 1974 e 1979, enquanto as importações caíram de 12% do PIB para 7,2% no mesmo período”. (Ver em: CARNEIRO, Dionísio Dias. **Crise e esperança: 1974-1980**. In ABREU, Marcelo Paiva (Org.). “A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana”. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992, pp. 310-313). No mesmo sentido, Guido Mantega observa que “o II PND gerou uma estrutura industrial muito mais integrada e dotada de uma dinâmica intersectorial complementar, que reduziu a dependência da economia brasileira dos centros capitalistas hegemônicos. Mal ou bem, a ampliação de uma indústria de bens de capital seriados e de bens de capital sob encomenda permitiu a redução das importações desses equipamentos e de numerosos insumos básicos, e a introjeção e assimilação de um segmento importante da tecnologia industrial, promovendo, se não uma autonomia no segmento de tecnologia de médio porte, pelo menos o domínio de boa parte dela, e a realização de adaptações às especificidades brasileiras. Diminuiu também a dependência de fontes externas de energia, se bem que isso foi minimizado pelo crescimento do PIB, que implicou um aumento explosivo do consumo de combustíveis e energia elétrica. Ao lado disso, ocorreu ainda uma modificação qualitativa da pauta de exportações com a substituição de primários por manufaturados e semimanufaturados, processo esse já iniciado no governo Costa e Silva. Além disso, o II PND alterou a correlação de forças entre o capital estrangeiro e o nacional, privilegiando este último nos projetos de bens de capital. Na opinião de Geisel e de seu Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, o tripé de sustentação da industrialização brasileira – formado pelo capital estrangeiro, setor estatal e capital nacional – estava desequilibrado devido à fraqueza do setor nacional, que não possuía nem os recursos do setor estatal e nem o poder tecnológico e financeiro das empresas estrangeiras” (Ver em: MANTEGA, Guido. **O governo Geisel, o II PND e os economistas**. Relatório de Pesquisa Fapesp n° 3, 1997, p. 38).

⁹⁴ Quanto a este último, a título de exemplificação, é oportuno listar que, em 1974, a Resolução 289 do Conselho Monetário Nacional exigiu que importações de bens sujeitas a tarifas superiores

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

“Acabar com o monopólio estatal do petróleo não me parece apropriado. O País ainda é muito vulnerável nesse sentido (...). Não podemos ficar muito na dependência externa nessa questão (...). Sei que há grupos interessados no fim do monopólio. É um sinal de que o negócio é bom, não é verdade? Se é bom, por que vamos entregá-lo? Então vem aquele papo de empresa estatal, de que o governo se mete em setores que poderiam ser da iniciativa privada. Um deles é a siderurgia. Outros são as telecomunicações e a energia. Por que o Estado tomou conta desses setores, se engajou e fez o que tinha que ser feito? Ora, o País não podia continuar, como era no passado, mero exportador de café e açúcar. Até a Revolução de 30 era isso. Quando eu era garoto lá no interior gaúcho, todos os produtos industrializados eram importados, até manteiga (...). Eu tenho fama de estatizante. O Roberto Campos acha que sou estatizante. A estatização resulta de uma situação forçada! O sujeito não é estatizante porque gosta, é estatizante porque é a única maneira de fazer as coisas! Se não fizer as coisas o País não se desenvolve! Como vamos desenvolver o Brasil, um país pobre, sem um sistema adequado de transporte, sem energia barata, sem o aço? (...) Há uma concepção tola que empolgou muita gente pelo fraseado: ‘O automóvel brasileiro não presta, é uma carroça, temos que importar o estrangeiro’. Mas meu Deus do céu, esse carro brasileiro, levando em conta as nossas condições, é apropriado! (...). Não sou inimigo do investimento estrangeiro, mas acho que a gente tem que ter inteligência adequada para tratar com ele. Se vier para cá só para nos explorar sem deixar rastro, não interessa (...). Há setores essenciais que, no meu entendimento, devem ser ocupados pela empresa privada nacional (...). Estou aqui com os recalques de um velho de 86 anos, posso estar muito errado, mas minha concepção é esta: o Estado tem que dirigir”.⁹⁵

Como consequência dessas concepções, o presidente lançou em 1976 a “Ação para a Empresa Privada Nacional”, que teve como principal instrumento o Programa de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional (Procap). Em termos práticos e como parte do Procap, o BNDES emitiu duas resoluções que instituíam, primeiro, a abertura de linhas de crédito para o financiamento da aquisição de ações de empresas privadas brasileiras, com recursos próprios e dos fundos PIS/Pasep, através dos bancos de investimento; e, segundo, a garantia de recompra pelo BNDES das ações de empresas privadas nacionais subscritas pelos bancos. Quinze setores foram contemplados pelas medidas – bens de capital, produtos alimentícios, veículos de transporte coletivo, construção naval, aeronáutica, cimento, etc. Posteriormente, a Resolução nº 9 do CDE,⁹⁶ aprovada em 30 de março de 1977, estabeleceu novos mecanismos de apoio à empresa privada nacional, notadamente para a sua atuação nos

a 55% fossem pagas à vista, enquanto os Decretos-Lei 1.334 e 1.364 dobraram as tarifas incidentes sobre cerca de 2 mil produtos; em 1975, ampliou-se a exigência de pagamento à vista das importações e criou-se pela Resolução 331 um depósito compulsório de seis meses correspondente ao valor das importações; finalmente, ao final de 1975, foi simplesmente proibida a importação de mais de mil itens classificados como supérfluos.

⁹⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, pp. 246-291.

⁹⁶ Conselho de Desenvolvimento Econômico. Era formado pelo Presidente da República, pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro do Planejamento e pelo Ministro da Indústria e Comércio Exterior.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

setores de insumos básicos, bens de capital e mineração.⁹⁷ Na Resolução, foi retomada a preferência pela indústria autóctone nas encomendas das firmas estatais e instituído nestas últimas o esforço para a progressiva nacionalização dos componentes.⁹⁸ O pacote ainda incluía incentivos fiscais através da Cofie (Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas) para reorganização e modernização administrativa e produtiva de empresas de capital brasileiro, visando a obtenção de economias de escala e a expansão das exportações.⁹⁹ Segundo Guido Mantega, foi por conta dessa orientação que o ministro Severo Gomes “impediu que os herdeiros do grupo Cônsul – companhia do ramo de eletrodomésticos – vendessem-no a um grupo estrangeiro, a Philips. Nessa questão, Severo Gomes contou com a simpatia da esquerda e recebia apoio de segmentos das Forças Armadas”.¹⁰⁰

Diversos autores convergem em asseverar que as diretrizes acima desfrutavam de respaldo majoritário na caserna e deram o tom dos projetos voltados para o desenvolvimento de tecnologias sensíveis que emergiram de maneira mais visível na administração Geisel. Nesse sentido, Clóvis Brigagão e Domício Proença Jr. identificaram um “tripé” industrial-tecnológico do poder brasileiro: a indústria bélica, a informática e a nuclearização teriam sido os “três componentes essenciais do empenho brasileiro no sentido de adquirir um *poderio autônomo regional e internacional* digno de crédito”.¹⁰¹ Na senda desse diagnóstico aflui o parecer de Ana Carolina Machado Arroio, para quem o engajamento da Marinha na criação da Cobra S/A para a montagem de computadores nacionais em 1974 constituiu exemplo desse projeto de segurança nacional por meio da independência tecnológica.¹⁰²

Dentre os três elementos do “tripé” identificado por Brigagão e Proença, o desenvolvimento da indústria bélica era o que tocava de forma mais sensível as reivindicações dos quartéis. Os primeiros passos nessa direção começaram, conforme visto, em 1967, sob a batuta do general Orlando Geisel, irmão mais velho de Ernesto

⁹⁷ Especificamente no caso das indústrias de insumos básicos e mineração, previa-se a adoção do modelo do terço para associações entre capitais estatais e privados nacionais e estrangeiros, inspirada nas associações da indústria petroquímica, mas com aperfeiçoamentos que garantissem a liderança do sócio nacional, “até mesmo com a abertura das tecnologias de processos e produtos pelas empresas estrangeiras às firmas locais” (CODATO, Adriano. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997, p. 215).

⁹⁸ SUZIGAN, Wilson (1978). **Política industrial no Brasil**. In: SUZIGAN, W. (Ed.) Indústria: política, instituições e desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, pp.58-59.

⁹⁹ Entretanto, a orientação nacionalista dos ministros Severo Gomes (Indústria e Comércio) e Reis Velloso (Planejamento) era contrabalançada pela influência do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, mais receptivo aos investimentos estrangeiros. Para atrair os capitais externos e facilitar a sua vinda ao País, Simonsen aboliu o depósito compulsório de 40% que os tomadores eram obrigados a fazer, assim como também reduziu o prazo mínimo de permanência do capital externo de 10 para 5 anos.

¹⁰⁰ MANTEGA, Guido. **O governo Geisel, o II PND e os economistas**. Relatório de Pesquisa Fapesp nº 3, 1997, p. 40.

¹⁰¹ BRIGAGÃO, Clóvis & JÚNIOR, Domício Proença. **A projeção externa do Brasil: a questão da segurança**. Contexto Internacional, nº 7, jan-jun/1988, p. 87.

¹⁰² ARROIO, Ana Carolina Machado. **A política externa e o sistema brasileiro de telecomunicações por satélite**. Revista Contexto Internacional, vol. 17, jan-jun/1995, pp. 65-66.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

Geisel. Sob presidência deste último considerou-se que já havia condições para avançar mais no projeto e fundar a estatal Imbel (1975), consoante explicação dada pelo general Sylvio Frota, então Ministro do Exército:

“Para equipar o Exército Brasileiro com material de tecnologia avançada temos sido levados a importá-lo do exterior, procedimento este oneroso e de pequena significação para o desenvolvimento do País (...). A Imbel constitui a base da emancipação militar brasileira, no campo da indústria bélica, agrilhoados que estávamos aos interesses de exportadores estrangeiros, o que tornava cada vez mais difícil e onerosa a obtenção deste material. Esta independência não será imediata, porquanto para conseguí-la teremos de estruturar um sistema completo (...)”.¹⁰³

Essa orientação da Força Terrestre foi acompanhada pela Marinha por meio do Programa de Construção Naval, freqüentemente alvo de críticas por produzir embarcações militares mais caras e relação ao material importado. No entanto, o almirante Geraldo Azevedo Henning, então Ministro da Marinha, defendia a iniciativa brandindo o argumento da soberania nacional:

“É inegavelmente um processo lento, de extrema complexidade, e talvez mais caro, dando como resultado um produto final algo inferior, quando comparado aos similares estrangeiros. Mas este é o único caminho que vislumbramos para a efetiva implantação da indústria de construção de navios de guerra no Brasil (...), de modo a abandonarmos uma estratégia alienígena, desvinculada dos interesses nacionais”.¹⁰⁴

Já a segunda coluna do tripé começou a ser erguida ainda na administração anterior, com a fundação da Capre (Coordenação de Atividades de Processamento Eletrônico) em 1972.¹⁰⁵ Posteriormente, em julho de 1974, o governo Geisel criou a Digibrás (Empresa Digital Brasileira S/A) e a Cobra S/A (Computadores e Sistemas Brasileiros S/A). De imediato ficou acertado que esta última montaria e absorveria a tecnologia do computador Argus 700, que passaria a ser vendido no Brasil com o nome de Cobra 700. Mas o almirante Geraldo Azevedo Henning insistia em acelerar os fatos e negociou com o Ministro do Planejamento, João Paulo Reis Velloso, um conjunto de diretrizes baixadas através da Portaria Interministerial nº 70, de 9 de junho de 1975. O preâmbulo já deixava claro que, por uma simples portaria, se estava fixando uma política. Ambos os ministros, “considerando a importância estratégica de o Brasil dominar a tecnologia de eletrônica digital, com ênfase em computadores digitais, seus sistemas e aplicações, e a decisão do governo brasileiro de continuar apoiando a criação de uma indústria do setor, de modo a promover, a médio prazo, a transferência de tecnologia envolvida e a capacidade de sua futura autonomia”, resolveram baixar um conjunto de 13 diretrizes abrangentes e objetivas. Estabeleceram que seria seguida uma “estratégia global”, envolvendo todos os aspectos, “tais como mercado brasileiro (civil e militar), transferência, fixação e disseminação de tecnologia, viabilidade econômica,

¹⁰³ JORGE, Fernando. **As diretrizes governamentais do Presidente Ernesto Geisel**. São Paul: Ed. Rumo Gráfica, 1976, pp. 207-209.

¹⁰⁴ Idem, pp. 207-232.

¹⁰⁵ Decreto nº 70.370 de 5 de abril de 1972.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

futuro do empreendimento, formação de pessoal, repercussão internacional, produção industrial, comercialização, manutenção, treinamento e possibilidades de exportação”. Definiram que os esforços do governo seriam concentrados num empreendimento único, associando capital estatal, privado nacional e privado estrangeiro – este trazendo tecnologia. Incentivavam programas de nacionalização industrial e de pesquisa tecnológica, inclusive com destinação de recursos a fundo perdido.

Posteriormente, a Capre foi fortalecida pelo Decreto nº 77.118/76, que lhe atribuiu a competência de formular a política nacional de informática e incluiu na composição de seus quadros o presidente do CNPq, o Ministro das Comunicações (à época o capitão de Mar e Guerra Euclides Quandt de Oliveira), o Ministro da Indústria e Comércio Exterior, o Ministro da Educação e um representante do EMFA. Com seus novos poderes, a Capre recomendou na Resolução 01/76 o estabelecimento da reserva de mercado para empresas nacionais nos segmentos de mini e microprocessadores, bem como seus respectivos periféricos. Esse parecer foi acolhido pelo CDE em sua Resolução nº 5, em janeiro de 1977, o que respaldou a decisão da Capre de indeferir a fabricação do mini/32 pela IBM no Brasil, três meses depois, e preterir todas as oito multinacionais e joint-ventures na posterior licitação destinada a preencher o mercado de mini e microprocessadores em junho de 1977, ocasião em que se deu preferência a três empresas nativas – Sharp, Larbo e Edisa. Estas a partir de então tiveram acesso às correspondentes isenções fiscais, financiamentos e guias de importação para equipamentos cuja compra estava sujeita ao controle da Capre. A adoção dos critérios que redundaram em favor das três indústrias autóctones foi justificada pelo major Jorge Monteiro Fernandes, representante do EMFA na Capre, nos seguintes termos:

“Sabe-se que a tecnologia digital é hoje ponto nevrálgico de uma série de atividades, como energia nuclear, operação de artefatos bélicos e centrais telefônicas, definição de processos em engenharia industrial, etc. Retê-la é cada vez mais um fator de segurança, já que sem sua posse o País depende do exterior em um grande número de áreas e se incapacita à autonomia em muitos setores tecnológicos. Uma indústria nascente no setor computacional não possui inicialmente fôlego para disputar o mercado com empresas de porte internacional. Portanto, até que atinjamos a maturidade no setor, devemos adotar e criar instrumentos de proteção”.¹⁰⁶

Mais tarde, encerrado o mandato de Geisel, a Capre foi substituída em 1979 pela SEI (Secretaria Especial de Informática), órgão subordinado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, à época chefiada pelo general Danilo Venturini. Encarregada de reformular e aprofundar a política de informática, a SEI elaborou os estudos que embasaram a Lei nº 7.232/84, a qual ampliou e institucionalizou a reserva de mercado para o setor.¹⁰⁷

Finalmente, dentre os elementos do “tripé” identificado por Brigagão e Proença, o programa nuclear foi o que provocou mais reações no front internacional, sobretudo de

¹⁰⁶ VIGEVANI, Tullo. **O contencioso Brasil-EUA da informática: uma análise sobre formulação da política exterior**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1995, pp. 89-90.

¹⁰⁷ Idem, pp. 91-101.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

Washington. Durante a administração anterior, as contendas com os EUA situaram-se em áreas de baixo impacto e giraram basicamente em torno do mar territorial de 200 milhas, do preço do café e outras disputas comerciais. Já no governo Geisel os principais atritos ocorreram em virtude de dois itens: o projeto nuclear brasileiro e a política de direitos humanos do governo Carter. Desta forma, as divergências Brasil-EUA assumiram maior envergadura e o “desalinhamento silencioso” do governo Médici foi substituído pelo desalinhamento ostensivo, consubstanciado por Geisel em 1974, quando da exposição das diretrizes de sua política externa:

“Nossa diplomacia estará a serviço, em particular, dos interesses do nosso comércio exterior, da garantia e do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atual de que não dispomos ainda. Para tanto, serão feitos com prudência e tato, mas com firmeza, as opções e realinhamentos necessários (...). Num mundo em constante mutação, não há alianças permanentes nem divergências perenes. Nestas condições, não podem haver alinhamentos automáticos, porque o objeto da ação diplomática não são países, mas situações”.¹⁰⁸

Difícilmente o presidente poderia ter sido mais claro.

O projeto nuclear visava diversificar as fontes de energia para fazer frente à crise do petróleo e desenvolver artefatos bélicos. Para tanto, foi firmado com a Alemanha ocidental um acordo que previa a transferência completa da referida tecnologia (1975). Recorde-se que o Brasil não era então signatário do TNP, daí as pressões norte-americanas contra a efetivação do acordo. A Casa Branca alardeava o perigo da proliferação nuclear, pondo em destaque o perfil militar do governo brasileiro. Além disso, argumentava que não havia justificativas econômicas para que países como o Brasil dispusessem de tecnologia nuclear. A oposição dos EUA não se devia apenas a considerações de segurança, mas sobretudo a razões econômicas, pois não desejavam perder o virtual monopólio do processamento de combustíveis nucleares no Hemisfério. O acordo também gerou uma crise diplomática entre os EUA e a Alemanha e, quando esta pareceu ceder na questão de transferência de tecnologia, o Brasil reagiu afirmando que qualquer modificação nas cláusulas do acordo levaria ao cancelamento completo do negócio, concluído em 1975.

Cumprir transcrever a seguir alguns depoimentos bastante ilustrativos da cultura política dominante nas Forças Armadas, pois eles permitem entrever o peso do nacionalismo enquanto motivo para a conduta adotada pelos dirigentes brasileiros na questão do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Segundo o general Hugo Abreu, então Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional:

“Não estávamos satisfeitos com o acordo firmado com os EUA em 1972 para a construção da usina Angra I, pois não havia transferência de tecnologia. Os norte-americanos nos privaram do conhecimento dos detalhes da construção do reator e nos forneceram apenas uma ‘caixa preta’ lacrada, sem dizer o que havia lá dentro. Nossos técnicos podiam apenas operar a usina – nada mais. Não queríamos continuar assim

¹⁰⁸ “Resenha de Política Exterior do Brasil”, ano I, nº 1, p. 9.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

(...). Já a Alemanha dispôs-se a negociar um acordo com profundidade, visando a ação conjunta para a implantação do ciclo do combustível nuclear no Brasil. Todo o processo seria progressivamente nacionalizado e todo o material seria futuramente fabricado no Brasil, com total transferência de tecnologia (...). Em reação ao acordo, os EUA nos propuseram que assegurariam o reprocessamento do combustível através de organizações internacionais. A resposta é simples. O Brasil não quer ser dependente no que se refere à energia nuclear. Nosso País sempre dependeu do exterior para quase todas as suas fontes de energia: carvão, petróleo, etc. O Brasil já cansou de depender dos outros naquilo que é essencial à vida de sua população”.¹⁰⁹

Sobre a recusa do Brasil em subscrever o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, uma das razões alegadas pela Casa Branca para justificar sua oposição ao entendimento Brasília-Berlim, o veterano da FEB acrescenta a seguinte observação:

“Uma acusação que freqüentemente se levanta é a de que o Brasil não é sincero em seus objetivos pacíficos, quando trata da aquisição de tecnologia nuclear, pois recusa-se a assinar o TNP (...). Não pretendemos aderir ao TNP por questões de princípios. É um tratado discriminatório, que limita o acesso tecnológico aos países não possuidores de armas nucleares, mas nada prevê contra aqueles que já as possuem. Isto não é justo e é a razão de não pretendermos assiná-lo”.¹¹⁰

Geisel, por sua vez, alinhavou argumentos idênticos para fundamentar a postura assumida pelo Brasil na crise trilateral:

“Na usina Angra I, que já estava em construção, o suprimento de urânio enriquecido tinha que vir dos EUA. Eles cobrariam o preço que quisessem ou forneceriam ao seu arbítrio. Era uma dependência inadmissível para a nossa soberania. A França produz o urânio enriquecido, o Japão também, mas o único país que se dispôs a transferir tecnologia para o Brasil foi a Alemanha (...). Sempre houve, nos EUA, o temor de que o Brasil produzisse a bomba atômica, mas o Tratado de Não-Proliferação representava uma discriminação. O Brasil não podia ter tecnologia nuclear, mas a Inglaterra, os EUA, a França, a Rússia e a China podiam? Considerou-se, para não assinar o TNP, o imperativo da soberania do País. O Brasil podia ser posto numa posição de inferioridade aos outros? O sentimento nacional pode aceitar isso?”¹¹¹

Finalmente, tem-se a respeito do tema o depoimento do então vice-chefe do EMFA, general Carlos Meira Mattos, cujos livros e artigos sobre geopolítica eram – e continuam sendo – largamente consumidos na caserna:

“A pressão sobre os governos do Brasil e da Alemanha para que não fimassem o Acordo Nuclear procurou ignorar os aspectos de interesse econômico e social do problema, para apenas cingir-se ao ângulo da não-proliferação de armas nucleares (...). Mas cabe aqui uma pergunta: onde está o suporte moral das potências que dominaram

¹⁰⁹ ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1981, pp. 43-48.

¹¹⁰ Idem, p. 47.

¹¹¹ D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 340.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

a tecnologia nuclear com o intuito de fabricar a bomba, e que só depois foram buscar suas aplicações pacíficas, para impedir o Brasil de obter essa mesma tecnologia?

Pactuaram os cinco grandes (EUA, URSS, França, Inglaterra e China) um Tratado de Não-Proliferação que deveria assegurar-lhes, e somente a eles, o conhecimento completo da tecnologia nuclear. Aos outros países forneceriam uma tecnologia 'empacotada e indevassável'. Teríamos que viver na dependência deles, proibidos de desvendar os segredos dessa nova tecnologia (...).

Desencadeou-se cerrada campanha internacional contra o Acordo Nuclear, partindo principalmente de Washington e Moscou. Não será demais observar que o TNP, ao lado dos chamados aspectos de segurança, envolve grandes interesses comerciais. Seu acatamento asseguraria às empresas dos "cinco grandes" a posição de fornecedores exclusivos de usinas a todos os países que quisessem explorar a energia do átomo. Bem se pode sentir o vulto dos interesses comerciais contrariados pelo nosso acordo com a Alemanha.

Do ponto de vista da segurança, ficariam os cinco do clube atômico na condição de árbitros mundiais, pela capacidade de reduzir a cinzas todas as nações que lhes contrariassem. A moral convincente seria a de que esses cinco grandes destruíssem seus arsenais atômicos, em nome de seus supostos propósitos humanitários. Longe disso, só fazem aumentá-los (...).

Não há fundamento moral válido para aceitarmos essas restrições à nossa soberania, por parte de certas potências que se arvoram em juízes da paz mundial, enquanto se armam cada vez mais com mísseis e bombas (...). Num gesto inamistoso e descortês, o presidente dos EUA enviou à Alemanha o seu vice, numa tentativa de negociar em separado com Berlim o rompimento do Acordo desse país com o Brasil. Essa atitude desrespeitosa para com a nossa soberania provocou a mais firme repulsa do governo brasileiro (...). Não podemos, em termos de soberania, ficar sujeitos aos caprichos das grandes potências ou da propaganda internacional, muitas vezes comprometida com interesses estrangeiros. O Brasil necessita, para seu desenvolvimento econômico, ter garantido um suprimento energético seguro e constante".¹¹²

A política de direitos humanos do governo Carter agravou mais ainda as relações entre os dois países: em 1977, a embaixada norte-americana enviou ao Itamaraty um relatório no qual acusava o Brasil com base em documentos da Anistia Internacional, apontando prisões ilegais, cassações de mandatos e pressões sobre a Igreja. O documento acrescentava que a continuidade da cooperação militar bilateral estava condicionada à prestação de esclarecimentos sobre o tema e à adoção de medidas destinadas a conter os abusos. Geisel reagiu prontamente, denunciando o relatório como intolerável interferência nos assuntos internos do País e rompendo o Acordo Militar Brasil-EUA. A opção brasileira por reagir nesse nível comportou, além do cálculo

¹¹² MATTOS, Carlos Meira. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1975, pp. 89-100.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

estratégico que antecede qualquer manobra diplomática, uma elevada dose de nacionalismo temperamental, conforme atestam os depoimentos deixados pelos protagonistas do processo decisório, a começar pelo general Sylvio Frota, então Ministro do Exército:

“O Acordo Militar Brasil-EUA trazia desvantagens, como a de não podermos dispor do material vendendo-o ou modificando-o, a da fiscalização e controle da conservação, sempre desagradável, e finalmente a da dependência inevitável em que ficávamos de suprimentos e acessórios.

Os americanos, dentro de sua política de aproximação, ofereciam-nos créditos em dólares para serem consumidos na compra de material bélico, condicionando que as aquisições fossem feitas nos EUA. Era, em última análise, uma maneira de comerciar que nos obrigava a aceitar os preços de seu mercado (...).

Essas transações de governo a governo, realizadas no tipo de dólares inconversíveis, raramente trazem vantagens iguais para as duas nações. A maioria dos países compra o que deseja e nos oferece, em compensação, aquilo que tem para vender, isto é, produtos que quase sempre não nos interessam (...). Do meu ponto de vista, a solução estava na criação da indústria de material bélico, idéia obsessiva que eu agasalhava havia muitos anos e que consegui concretizar na Imbel, em 1975 (...). Dois anos depois, estourou a questão do relatório americano de direitos humanos, decorrente de uma lei de 1976 que condicionava a aprovação de ajuda militar ao fornecimento de um relatório sobre a situação interna do país beneficiado.

Em que pese o elogiável sentimento humanitário dessa política, não se pode fugir à ilação de que ela tinha nítido caráter intervencionista. Realçava-se nela a arrogância norte-americana de interferir nos assuntos internos dos outros países, provocando reações e cancelamentos de programas de ajuda, pois, por mais tolerante que seja um governo, não se fustigam os brios nacionais de um povo sem uma resposta altiva e adequada à afronta. Além disso, era uma política ingênua, pois só conseguia dobrar os países que vegetavam na órbita de influência dos EUA (...). A conturbar mais o ambiente estava o embaixador norte-americano, John Crimmins, que me parecia mais um feitor de fazenda do Arizona do que um representante da maior potência do mundo. Estava arraigado, ainda, à ultrapassada e insultuosa concepção de que a América Latina era o quintal dos EUA. Primava por desfeitear-nos (...).

Por ocasião da reunião do Conselho de Segurança Nacional em que se discutiu a questão do relatório, o presidente Geisel manifestou a intenção de romper o Acordo Militar Brasil-EUA e queria conhecer a opinião de seus ministros militares sobre o assunto. Ouvidos os ministros, na ordem de precedência funcional, tocou-me a vez de falar (...). Eu não via maiores óbices na denúncia do Acordo”.¹¹³

Mais exaltado, rico em pormenores e ilustrativo da cultura política ora descrita mostra-se o arrazoado exposto por Geisel a respeito do episódio:

¹¹³ FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006, pp.337-343.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

“O Senado dos EUA estabeleceu em 1976 que todo auxílio militar que o governo americano prestasse dependeria de um prévio relatório sobre a situação dos direitos humanos no país interessado. Ou seja, o Senado americano passava a ser juiz para decidir se o Brasil podia ou não receber os recursos previstos no Acordo Militar. Era uma intromissão dos EUA na nossa vida interna, à margem das cláusulas do Acordo (...). Ora, o Brasil nunca se arrogou o direito de examinar a situação interna dos EUA, com o problema dos negros, dos porto-riquenhos, dos índios, etc. Era uma questão de independência, de autonomia nacional (...).

Numa ocasião, o presidente Carter, a esposa dele e o secretário de Estado fizeram uma chantagem comigo. Diziam que poderiam fazer isso ou aquilo pelo Brasil, mas que já estavam negociando para fazer tais favores à Argentina. Respondi: ‘Muito bem, os senhores façam esses favores à Argentina. O Brasil não tem nada com isso’. Que mediocridade! Pensavam que eu me impressionaria e cederia às suas pressões (...).

Depois, no jantar que ofereci no Palácio da Alvorada, o Carter virou-se para mim e perguntou: ‘O sr. não estaria disposto a refazer o Acordo Militar?’ Respondi: ‘Estou sim, mas com uma única condição: que se acabe com a intromissão do Senado americano. Se o senhor acabar com aquilo, faço com muito prazer um novo acordo militar. O que não posso fazer é um acordo que humilhe meu País’. Aí ele desconversou, pois não tinha força junto ao Senado. Nesse mesmo dia os jornais noticiavam um massacre de porto-riquenhos em Chicago. Será que os imigrantes não fazem jus aos direitos humanos? E a ação violenta da polícia americana? Por que não iam cuidar disso, em vez de meter o nariz aqui dentro? (...) Com as ONGs é a mesma coisa: o que a Anistia Internacional tem a ver com o Brasil? (...) Não dou direito ao estrangeiro de vir aqui ditar regras do que devemos fazer com nossos problemas. Duvido muito da sinceridade dessa gente”.¹¹⁴

Por sua vez, o general Hugo Abreu, então Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, relata que verificou-se razoável consenso na cúpula governamental quanto à postura a ser adotada pelo País, o que refletiu-se na celeridade da reunião. Além disso, segundo o veterano do Araguaia,¹¹⁵ a extinção do Acordo afetaria menos o Brasil do que os EUA:

“No dia 4 de março de 1977, recebi telefonema do ajudante-de-ordens do Presidente Geisel convocando-me para uma reunião urgente na Granja do Riacho Fundo (...). Tratava-se de discutir a posição a ser tomada pelo Brasil diante de um problema internacional de certa gravidade, envolvendo a exígua assistência militar prestada pelos EUA ao nosso País. A embaixada dos EUA entregara ao Itamaraty a cópia de um relatório sobre o problema dos direitos humanos no Brasil, submetido pela Anistia Internacional à consideração do Senado americano. Tal informação era

¹¹⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, pp. 349-353.

¹¹⁵ Hugo Abreu comandou a expedição do Exército que liquidou a Guerrilha do Araguaia em 1974.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

necessária, de acordo com a legislação que entrara em vigor recentemente naquele país, para que o Brasil recebesse a referida assistência militar.

Não houve muita discussão. A posição brasileira ficou definida como de não aceitar o documento americano, que seria devolvido imediatamente à embaixada, juntamente com uma nota, na qual o Brasil, diante das condições exigidas pela legislação americana, abria mão de qualquer assistência militar a ser prestada por aquele país. Às 2:00 da manhã do dia 5 de março, a decisão estava tomada e pronta a nota de resposta do Brasil à Casa Branca.

A embaixada americana, comentando depois a nota brasileira, estranhou a atitude do Brasil, visto que a lei norte-americana que exigia o envio do relatório sobre direitos humanos ao Congresso era do ano anterior. Acontece, porém, que nós brasileiros temos a obrigação de conhecer as nossas leis, e não as deles. Por outro lado, é preciso considerar que a assistência militar que recebíamos dos EUA era muito reduzida e tendia a se tornar cada vez menor (...).

As nossas relações militares com os EUA desceram realmente a um nível muito baixo. Mas se isso é ruim para nós, é muito pior para eles, pois perderam um aliado, não tão importante pelo volume de material que comprava, mas sobretudo pela influência que já exerce e que virá a exercer no futuro em todo o Terceiro Mundo.

Uma palavra, finalmente, sobre o problema dos direitos humanos, que veio embrulhado no mesmo pacote da assistência militar. Acho natural que os EUA, pretensos campeões dos direitos humanos no mundo, preocuparem-se com o mesmo problema nos outros países. É preciso, porém, que se respeite o princípio da autodeterminação e soberania dos povos. Não é aceitável, e até grosseiro demais, dizer: 'Eu vou examinar o seu procedimento, ver se você está respeitando os direitos humanos e então, de acordo com o seu comportamento, poderei te dar algumas armas'. Além disso, precisamos deixar de fantasiar e comparar a nossa 'democracia' com a norte-americana. Nós não temos democracia, nós realmente não respeitamos os direitos humanos dos nossos cidadãos".¹¹⁶

Finalmente, tem-se os argumentos desafiados pelo então chefe de Estado-Maior da Marinha, almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, que ao discorrer sobre o rompimento do Acordo Militar emoldura a decisão num contexto mais amplo de evolução da autonomia do "pensamento estratégico" brasileiro:

"Da 2ª Guerra Mundial até o governo Geisel, nossa concepção estratégica ficou subordinada à visão política norte-americana, desestimulando qualquer pensamento original nesse terreno. O alinhamento com os EUA, embora houvesse espasmos de rebeldia, caracterizou nosso planejamento. A Marinha, mais do que as outras Armas, sofreu profundamente essa influência (...). O rompimento do Acordo Militar Brasil-EUA assinalou o fim dessa fase, em 1977.

¹¹⁶ ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1981, pp. 56-58.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

Nos EUA, o governo Carter passou a condicionar ajuda militar aos países aliados ao procedimento deles relativamente aos direitos humanos. Ao Brasil, essa exigência pareceu inaceitável à honra nacional. Em consequência, de imediato dispensamos toda ajuda militar norte-americana – que a essa altura já era insignificante (...).

O presidente Geisel ensejou profundas mudanças no pensamento estratégico brasileiro, com inevitáveis repercussões sobre a estratégia naval (...). Embora mantendo fidelidade ao sistema interamericano de defesa, o Brasil passou a identificar áreas próprias de interesse. A Marinha, em consonância com a nova postura governamental, adotou em 1977 um conjunto de Políticas Básicas e Diretrizes, documento este nitidamente diferente dos documentos dos anos anteriores (...). A preocupação em reduzir a dependência do exterior no campo militar naval – tanto em material como em idéias –, através de um programa pragmático de nacionalização e de um enfoque realista dos principais óbices aos nossos objetivos, é uma característica importante da fase presente da Marinha”.¹¹⁷

Finalmente, as considerações tecidas pelo diplomata Eugênio Vargas Garcia sobre o encerramento da tradicional aliança Brasil-EUA trazem um diagnóstico mais preciso, na medida em que provêm de um observador extra-corporação e, simultaneamente, calejado nas lides da política externa. Em acurada síntese dos pressupostos-chave que – implicitamente ou explicitamente – compunham a mentalidade militar e determinaram a conduta internacional do País no episódio, o autor sublinha que:

“Os militares brasileiros estavam conscientes de que a defesa da soberania nacional não era tarefa a ser delegada a outro Estado e que a emergência de novo centro de poder político não poderia admitir a subordinação estratégica *ad infinitum* ao poder hegemônico. A luta nacionalista pela elevação do prestígio internacional do País, por conseguinte, teria de ser perseguida mediante a *autonomia do desenvolvimento*. As dificuldades criadas pelos EUA para a cessão de material bélico moderno e sofisticado levaram o Brasil a desenvolver sua própria indústria bélica e buscar ativamente fontes européias de tecnologia (o Acordo Nuclear com a Alemanha foi o exemplo mais claro), visto que o estabelecimento de um sistema de segurança mais independente pressupunha maior autonomia na fabricação de armas e na posse de conhecimento para gerá-las (...). A nacionalização dos meios, a redução da dependência e das vulnerabilidades nacionais, a maior liberdade de manobra logística e operacional, eram todas reivindicações antigas dos militares com vistas a impedir a transferência dos centros de decisão para o estrangeiro e a garantir a soberania plena do País em todos os campos do desenvolvimento”.¹¹⁸

¹¹⁷ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Bibliex, 1985, pp. 93-121.

¹¹⁸ GARCIA, Eugênio Vargas. **O pensamento dos militares brasileiros em política internacional (1961-1989)**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 40, n° 1, jan-jun/1997, pp. 29-31.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

Diante do relacionamento insatisfatório com os EUA, Geisel voltou-se para outros pólos em ascensão – especialmente Europa, Japão e Oriente Médio –, estratégia que já vinha sendo implementada pelas administrações anteriores para reduzir a dependência em relação a Washington e ampliar o leque de opções econômicas do País: no transcurso do interregno 1964-1979, a parcela norte-americana nos investimentos estrangeiros absorvidos pelo Brasil declinou de 43% para 27%. Ao longo do mesmo período, a participação dos EUA no comércio exterior brasileiro caiu de 48% para 22%, enquanto aumentava o intercâmbio do País com outras nações. Essa diversificação de parcerias não decorria apenas das aspirações nacionalistas de autonomia dos governos militares, mas provinha também do imperativo de buscar mercados para um parque produtivo cada vez maior e mais sofisticado: durante os 15 anos ora examinados, a participação dos produtos industriais na pauta exportadora do Brasil saltou de 8% para 51%.¹¹⁹

Em que pese a legitimidade dos projetos econômicos e da política externa então adotada junto à maior parte do oficialato, o governo Geisel não contava com respaldo unânime na caserna, pois nos últimos anos de seu mandato ao menos três complôs militares se articularam em oposição ao Planalto. Um grupo autodenominado Movimento Militar Democrático Constitucionalista (MMDC), formado por cerca de 50 coronéis, tentou entregar uma carta a Geisel em 31 de março de 1976, mas foi dissuadido pelo assessor do presidente. Constituído em sua maior parte por oficiais recém-chegados do curso de aperfeiçoamento nos EUA, o MMDC fazia circular clandestinamente nos quartéis um manifesto em que pedia a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a revogação do AI-5 e a substituição de Geisel por um governo provisório encabeçado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal – alguns historiadores sugerem que havia envolvimento norte-americano no intento de desestabilizar o governo.¹²⁰ Poucos meses depois, surgiu no Rio de Janeiro o Movimento Popular de Defesa da Revolução, liderado pelo almirante Silvio Heck, que pregava a aplicação mais ampla e rigorosa dos instrumentos de repressão e o fechamento do Regime Militar. Formado por oficiais autoproclamados “ultras”, esse efêmero complô representava a reação da “comunidade de informações” à iminente redemocratização do País.

Paralelamente, em novembro de 1976, cerca de 60 militares nacionalistas de vários Estados que haviam apoiado a candidatura de Albuquerque Lima em 1969 reuniram-se secretamente no Rio de Janeiro e decidiram procurar um general que os liderasse. Tenentes e capitães em 1969, majores e coronéis agora, esses oficiais sempre precisaram da cobertura de um general. Após discretas consultas e sondagens, foram bem recebidos pelo general Euler Bentes Monteiro, chefe do Departamento de Material Bélico do Exército, a quem ofereceram apoio para uma eventual candidatura à Presidência da República. Planejando contrapor-se à candidatura do general João Batista Figueiredo, sucessor designado por Geisel, esse grupo de oficiais adotou o nome de Centelha Nativista e persuadiu as lideranças do MDB – partido de oposição

¹¹⁹ LESSA, Antonio Carlos. **A vertente perturbadora da política externa do governo Geisel: um estudo das relações Brasil-EUA (1974-1979)**. Revista de Informação Legislativa, vol. 35, nº 137, janeiro-março/1998, pp. 72-74.

¹²⁰ KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001, p. 59.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

consentida pelo governo – de que lançando o nome de Euler Bentes seria possível vencer o Planalto dentro das próprias regras do Regime Militar: por ocasião das eleições indiretas em 1978, caso o Congresso Nacional optasse por dar a maioria de seus votos ao candidato do MDB, rejeitando o candidato da ARENA – partido governista –, Geisel não se exporia à desmoralização de fechar o Legislativo, pois se empenhara desde o início na “abertura lenta, gradual e segura” do regime, com vistas a uma futura transição para a democracia, compromisso assumido publicamente que até então vinha cumprindo. Além disso – o mais importante –, não se arriscaria a provocar um “racha” nas Forças Armadas, tendo em vista o apoio militar que dava retaguarda a Euler Bentes. Basicamente, nisto consistia o plano esboçado pela “Centelha”, cujo programa de governo possuía quatro pontos centrais: (1) retorno dos militares aos quartéis; (2) anistia ampla, inclusive aos militares acusados de abusos na repressão; (3) pluripartidarismo; (4) política econômica nacionalista.¹²¹

Toda essa movimentação oposicionista – e por vezes golpista – não passava despercebida no Planalto, sobretudo no caso da Centelha, que após lançar a candidatura do general Euler Bentes por meio do MDB chegou a reunir condições objetivas para derrotar o governo. Manobrando habilmente, o general Golbery do Couto Silva, chefe do Gabinete da Presidência da República, conseguiu assegurar o triunfo do governo no pleito de 1978, não sem fazer observações curiosas a respeito dos rivais:

“Estou acompanhando os informes do SNI, as sínteses e conclusões, etc. E vejo que há um bocado de companheiros que é fascista e não sabe. Nativistas, nacionalistas, duros, pára-quedistas, ultras. Só falta aparecer o general Massu. E há candidatos, lá isso não falta”.¹²²

O candidato do Planalto venceu Euler Bentes com folgada maioria (355 votos x 266 votos), assegurando o controle do grupo palaciano sobre o aparelho de Estado e afastando, mais uma vez, o fantasma do nacionalismo radical que assombrara a sucessão em 1969. Apesar do esforço do governo Geisel para fortalecer as companhias brasileiras e das condições impostas pelo II PND às multinacionais, estas sempre tiveram boa rentabilidade e podiam contar com o apoio do Ministro da Fazenda, Mario Simonsen. No caso da Centelha Nativista era diferente, pois “a perspectiva de que esses oficiais desfechassem um golpe realmente assustava a comunidade estrangeira de homens de negócios”, segundo o historiador Moniz Bandeira.¹²³ Diversos autores – Oliveiros Ferreira, José Murilo de Carvalho, entre outros – já tentaram explicar por que posturas dessa natureza permeiam, em maior ou menor medida, o estamento fardado. Usando sua acurada lente de sociólogo, Edmundo Campos Coelho aponta as preferências políticas dos militares como uma solução encontrada para viabilizar sua integração na comunidade civil:

¹²¹ Idem, 58-65.

¹²² GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2004, p. 86.

¹²³ BANDEIRA, Moniz. **O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria**. Revista Brasileira de Política Internacional, nº 2, julho-dezembro/1994, p. 67.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

“O nacionalismo militante, inclusive em sua versão fascista, tornou-se atraente para os militares como forma de solucionar o problema da alienação e da identidade. Em vez de afirmarem seus compromissos com a sociedade que os marginaliza, com o regime que agrava seus problemas ou com a breve transitoriedade de governantes demagógicos, os militares se voltam para entidades abstratas como a ‘Nação’. Além disso, essas doutrinas nacionalistas permitem a coexistência dos aspectos seculares do ofício castrense com os critérios absolutistas tradicionais da profissão. Oferecem, por outro lado, as condições estruturais para a integração dos militares na sociedade”.¹²⁴

Independentemente das razões – sociológicas, históricas, etc – às quais se atribua o nacionalismo que permeia a cultura política nas Forças Armadas, é incontroverso que ele não esgotou seus efeitos sobre o processo decisório governamental em 1979 – haja vista o Programa Calha Norte, por exemplo. Entretanto, o segundo choque petróleo (1979) e a crise da dívida externa (1982) levaram ao esgotamento do modelo de desenvolvimento inaugurado em 1930, ponto em xeque as concepções de autonomia estratégica dominantes no aparelho de Estado até então.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcurso dos 15 anos ora estudados, o componente nacionalista da cultura política nas Forças Armadas desempenhou um papel proeminente – ao lado do anticomunismo – nas disputas intraburocráticas do Regime Militar, acabando por determinar a progressiva mudança de seu formato, conteúdo e duração a partir de 1967. O estudo do tema exigiu a coleta e o encadeamento dos antecedentes que deram origem às convicções e cismos políticos existentes no interior do estamento fardado quando do Movimento de 1964. Se então havia consenso quanto ao imperativo de destituir o governo João Goulart, o mesmo não se pode dizer de temas como desenvolvimento econômico e política externa: enquanto uns apostavam na internacionalização do parque produtivo e no estreitamento da parceria Brasil-EUA, outros advogavam o fortalecimento do Estado e do empresariado nacional, ao que se somaria uma política externa mais autônoma. O predomínio destes últimos deu o tom das administrações pós-1967, que ampliaram o processo de estatização da economia, patrocinaram projetos de independência tecnológica em áreas sensíveis e reservaram um papel privilegiado às companhias nativas no processo de industrialização do País, ao mesmo tempo em que o afastaram progressivamente da órbita norte-americana, sem prejuízo do engajamento anticomunista. Os fatos anteriormente narrados, bem como os depoimentos deixados pelos protagonistas do processo decisório, não deixam dúvidas quanto a esse empenho e suas motivações: argumentos como “soberania nacional”, “questão de autonomia” e “dependência externa” são constantes nas explicações por eles apresentadas. As origens mais remotas dessas concepções residem no Movimento Tenentista e na ditadura Vargas. Nesse sentido, “a doutrina militar de Góis Monteiro antecipa em mais de 20 anos a doutrina militar do regime instaurado em 1964. O

¹²⁴ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. Record, 2000, p. 153-154.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

pensamento do general foi simplesmente retomado e reelaborado em função da nova conjuntura”.¹²⁵

Por outro lado, cumpre assinalar que os setores nacionalistas mais radicais nunca lograram encampar o poder – apesar das tentativas em 1969 e 1979. Além disso, mesmo após 1967, as pressões do nacionalismo militar dentro do governo sempre foram contrabalançadas pela influência dos Ministros da Fazenda (Delfim Neto em 1967-1974 e Mario Henrique Simonsen em 1974-1979, o primeiro dotado de grande autonomia decisória), cuja postura tecnocrática evitava ou atenuava as medidas destinadas a limitar, controlar e direcionar a atuação das empresas multinacionais.

Hoje, afigura-se residual a influência das Forças Armadas, cuja cultura política transparece ocasionalmente por meio da oposição do Exército à licitação de extensas áreas a firmas multinacionais na Amazônia,¹²⁶ bem como nas advertências sobre a presença norte-americana na região,¹²⁷ nas pressões da Aeronáutica contra a abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro¹²⁸ e no repúdio do Alto Comando à promoção póstuma com que foi agraciado o terrorista Carlos Lamarca.¹²⁹ Com a extinção da SG/CSN em 1988 e a criação do Ministério da Defesa em 1999, foram significativamente reduzidos – para o bem ou para o mal – os canais institucionais através dos quais o estamento fardado poderia participar da formulação das opções econômicas e da política externa do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1981.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **O estudo das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Ed. Unimarco, 1999.

ARROIO, Ana Carolina Machado. **A Política Externa e o Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite**. Revista Contexto Internacional, vol. 17, jan-jun/1995, pp. 61-88.

BANDEIRA, Moniz. **O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria**. Revista Brasileira de Política Internacional, no 2, julho-dezembro/1994, pp. 52-73.

¹²⁵ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. Record, 2000, p. 116.

¹²⁶ Estado de S. Paulo, 14 de agosto de 2004, p. A-13: “Privatizar área na Amazônia é risco, diz general”.

¹²⁷ Folha de S. Paulo, 2 de janeiro de 2005, p. A-4: “Estudo do Exército detecta cinturão militar dos EUA”.

¹²⁸ Valor Econômico, 31 de maio de 2007, p. A-4: “Anac debaterá participação externa as aéreas”.

¹²⁹ Folha de S. Paulo, 15 de junho de 2007, p. A-4: “Generais da ativa atacam decisão sobre Lamarca”.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

BARBOSA, Denis Borges. **O tratamento do investimento estrangeiro: 1962-1988.** Brasília: Ed. Instituto Rio Branco, 1995.

BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: 1930-1983.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC/Forense e Universitária/Finep, 1984, vol. 3.

BENEVIDES, Maria Vitória. **O Governo Kubitschek.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política.** In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma História Cultural.* Lisboa: Ed. Estampa, 1998, pp. 349-363.

BORGES, Vavy Pacheco. **O Tenentismo e a Revolução Brasileira.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

BRIGAGÃO, Clóvis & JÚNIOR, Domício Proença. **A projeção externa do Brasil: a questão da segurança.** Contexto Internacional, n° 7, jan-jun/1988, pp. 80-112.

CAMPOS, Gustavo de Lemos Carvalho. **O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982.** Revista Brasileira de Política Internacional, no 42, maio/1999, pp. 110-126.

CAPELATO, M.H.R. & DUTRA, E.R.F. **Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira.** In CARDOSO, C.F. & MALERBA, J. (Orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar.* Campinas: Ed. Papyrus, 2000, pp. 227-267.

CARNEIRO, Dionísio Dias. **Crise e esperança: 1974-1980.** In ABREU, Marcelo Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana.* Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992, pp. 295-322.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Ed. UnB, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História hoje: dúvidas, desafios e propostas.** Estudos Históricos, vol. 7, n° 13, 1994, pp. 97-113.

_____. **História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

CODATO, Adriano. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** São Paulo: Ed. Record, 2000.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

DANTAS, Vera. **Guerrilha tecnológica: a verdadeira história da política nacional de informática**. Rio de Janeiro: Ed. Livros Técnicos e Científicos, 1988.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas: 1951-1954**. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

DEL VECHIO, Ângelo. **A Era Delfim: planejamento estratégico e Regime Militar**. São Paulo: USP, 1991.

DIAS, Lia Ribeiro & CORNILS, Patrícia (Coord.). **Alencastro: o general das telecomunicações**. São Paulo: Ed. Plano Editorial, 2004.

DROSDOFF, Daniel. **Linha-dura no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

FERREIRA, Oliveiros. **Vida e morte do Partido Fardado**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O pensamento dos militares brasileiros em política internacional (1961-1989)**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 40, no 1, jan-jun/1997, pp. 18-40.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2004.

GOES, Walder. **O Brasil do general Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1978.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões**. In SOIHET, Rachel, BICALHO, M. F. B. & GOUVÊA, M. F. S. (Org.). *Culturas políticas – ensaios de história cultural, história política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/FAPERJ, 2005, pp. 21-44.

GORDON, Lincoln. **Variações do nacionalismo: meio século de relações brasileiro-americanas**. In: ALMEIDA, Paulo Roberto & BARBOSA, Rubens Antonio (Org.). *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006, pp. 41-59.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

_____. **Revolução foi 100% brasileira.** Estado de S. Paulo, 31 de março de 2004, p. H-17.

GUEIROS, J.A. **Juracy Magalhães: o último Tenente.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.

HOBBSAWN, Eric. **Nação e Nacionalismos.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

JORGE, Fernando. **As diretrizes governamentais do Presidente Ernesto Geisel.** São Paulo: Ed. Rumo Gráfica, 1976.

KISSINGER, Henry. **Precisará a América Latina de uma política externa?** Coimbra: Ed. Gradiva, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar.** São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

LAGO, Luís Aranha Correa. **A retomada do crescimento e as distorções do milagre.** In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana.* Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992, pp. 233-294.

LEAL, Rosa Maria de Paiva. **Atraso e modernidade no Brasil globalizado: uma análise do discurso da mídia na privatização das telecomunicações.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

LESSA, Antonio Carlos. **A vertente perturbadora da política externa do governo Geisel: um estudo das relações Brasil-EUA (1974-1979).** Revista de Informação Legislativa, vol. 35, no 137, janeiro-março/1998, pp. 69-82.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Médici.** Revista Nova Economia, n° 15, setembro-dezembro/2005, pp. 53-92.

MANTEGA, Guido. **O governo Geisel, o II PND e os economistas.** Relatório de Pesquisa Fapesp no 3, 1997.

MARKUN, Paulo & HAMILTON, Duda. **1961: que as armas não falem.** São Paulo: Ed. Senac, 2001.

MARTINS, Carlos Estevam. **Estado e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1977.

_____. **A evolução da política externa brasileira na década 64-74.** In: Cadernos CEBRAP, n° 9, 1975, p. 53-98.

MATTOS, Carlos Meira. **Brasil: geopolítica e destino.** Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1975.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

MCCANN, Frank. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro**. Recife: Ed. Guararapes, 1982.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Ed. Andersen, 1932.

OLIVA, Oswaldo Muniz. **Brasil: o amanhã começa hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 2002.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do General Geisel**. In ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980, pp. 114-153.

PEÇANHA, Michelle dos Reis SILVA, Camila Antunes Xavier, TOBIAS, César Guimarães, CARNEIRO, Maria Fabiana das Graças de Lima. **Os intelectuais e o Estado Novo: um estudo sobre o nacionalismo nas páginas da revista Cultura Política**. Revista Iniciação Científica, 2003, p. 117-133.

PEIXOTO, Antonio Carlos. **O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas**. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980, pp. 71-113.

PEREIRA, Maurício Broinizi. **Estado Novo: a constituição das bases do “Partido Fardado” e do projeto “Brasil Potência”**. Caderno Premissas, n° 15-16, abril-agosto/1997, pp. 9-70.

RESENDE, André Lara. **Estabilização e reforma**. In: ABREU, Marcelo Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992, pp. 213-231.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984.

SENNES, Ricardo Ubiraci. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

SILVA, César Augusto. **Golpe de 1964 e política externa do regime Castelo Branco**. Revista Relações Internacionais no Mundo Atual, n° 4, jan-dez/2004, pp. 9-33.

SILVA, Hélio. **A participação do Brasil na guerra**. Jornal do Brasil, Caderno Especial, 25-26 de outubro de 1970.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1976.

SUZIGAN, Wilson (1978). **Política industrial no Brasil**. In: SUZIGAN, W. (Ed.) *Indústria: política, instituições e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, pp. 35-97.

Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas

THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales. Europe XVIIe – XXe siècle.** Paris: Éditions du Seuil, 1999.

VÁRIOS AUTORES. **Nosso século, vol. 9.** Rio de Janeiro: Ed. Abril, 1988.

VASCONCELOS, Manoel Meira. **Brasil potência militar.** Rio de Janeiro: Ed. Zelio Valverde, 1942.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro.** Rio de Janeiro: Ed. Bibliex, 1985.

VIGEVAI, Tullo. **O contencioso Brasil-EUA da informática: uma análise sobre formulação da política exterior.** São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1995.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro.** São Paulo: Ed. Usp, 2001.

WIRTH, John. **A política de desenvolvimento na Era Vargas.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1973.

REPORTAGENS:

A Resistência, 9 de fevereiro de 1969.

Revista Veja, 1º de abril de 1970, matéria da capa: “Militares: teoria e prática no poder”.

Revista Veja, 14 de outubro de 1970, matéria da capa: “A última fronteira”.

Estado de S. Paulo, 14 de agosto de 2004, p. A-13: “Privatizar área na Amazônia é risco, diz general”.

Folha de S. Paulo, 2 de janeiro de 2005, p. A-4: “Estudo do Exército detecta cinturão militar dos EUA”.

Estado de S. Paulo, 15 de maio de 2006, p. A-10: “CIA libera seus papéis sobre os anos de chumbo”.

Folha de S. Paulo, 14 de janeiro de 2007, p. A-10: “Governo dos EUA sabia de tortura no Brasil”.

Valor Econômico, 31 de maio de 2007, p. A-4: “Anac debaterá participação externa as aéreas”.

Folha de S. Paulo, 15 de junho de 2007, p. A-4: “Generais da ativa atacam decisão sobre Lamarca”.